

PARÁ Industrial

REVISTA BIMESTRAL DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) ANO 1 • Nº 4 • JULHO/AGOSTO 2008

Produção sustentável

Agenda Ambiental consolida os caminhos que o Pará pode seguir para se desenvolver com respeito ao meio ambiente



ENTREVISTA

Djalma Mello: Sudam só espera projetos para liberar recursos



FIEPA

www.fiepa.org.br

A ÚNICA BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO QUE É IMPOSSÍVEL VENCER.



O Pará tem todas as condições para se desenvolver, com justiça social e respeito ao meio ambiente. Recursos naturais abundantes, terra e água fartas, gente trabalhadora, vontade de crescer. E principalmente disposição para superar obstáculos e dificuldades. E se todos

estiverem olhando para a mesma direção, mirando o mesmo objetivo, iniciativa privada e poder público, trabalhadores e empresários com o mesmo foco no crescimento sustentado, não haverá barreiras intransponíveis para que o Pará aconteça no cenário nacional. Só não vê quem não quer.

***MOVIMENTO
ALERTA PARÁ***

José Conrado Santos

Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



DESAFIO PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE

Os olhos do Brasil e do mundo estão voltados para a região amazônica, principalmente quando há notícias que envolvem o meio ambiente. A atenção se justifica. A Amazônia concentra 70% de toda a água doce do planeta, além da maior diversidade da fauna e flora brasileira. No Pará está a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, que é Carajás, de onde são extraídas 280 mil toneladas de ferro por dia. Está também a maior floresta privada certificada do planeta, pertencente à Orsa Florestal, com mais de 500 mil hectares de manejo com selo verde.

Esses exemplos demonstram bem a grandiosidade ecológica e econômica da Amazônia. Não é exagero dizer que tudo na região amazônica é gigantesco como a imensidão da floresta, assim como é grandiosa a vontade dos empresários em produzir neste chão.

Mas como garantir o desenvolvimento sustentável nesta região tão visada? As indústrias paraenses sempre foram submetidas ao permanente desafio de crescer em harmonia com o meio ambiente. Diversos empresários conseguiram resolver essa equação com inteligência e muito trabalho.

Essa atitude, porém, exige boa dose de persistência, já que a região padece de um contraditório abandono. Mesmo havendo muito “discurso” a favor da Amazônia, raros são os “recursos” destinados para o desenvolvimento socioeconômico regional.

De fato, é um desafio produzir na Amazônia. O setor empresarial sofre, na maioria das vezes, com o excesso de burocracia dos órgãos públicos, principalmente os ambientais, juntamente com uma série de normas completamente distantes da realidade amazônica. O governo do Pará ainda não definiu um programa de incentivos fiscais que atenda aos anseios dos setores produtivos. Enfim, ainda existem gargalos que precisam de superação.

Mas isso só vai acontecer se houver a união de todas as classes - políticas, empresariais e sociais - para o bem comum. A política da repressão tem demonstrado não dar conta do problema. Precisamos aliar a fiscalização ao apoio às iniciativas produtivas sustentáveis.

É por isso que o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará desenvolveu a Agenda Ambiental da Indústria Paraense. A Agenda é um conjunto de propostas e compromissos que os empresários paraenses consideram prioritários para o desenvolvimento sustentável da região. É, na verdade, o mapa que vai nortear os caminhos para o crescimento com o equilíbrio entre a produtividade e a preservação ambiental. Não tenho dúvida que, se todos unirem esforços para implementá-las, vamos demonstrar ao Brasil e ao mundo que temos conhecimento e sabedoria suficientes para desenvolver a Amazônia e na Amazônia.

O empresário paraense está consciente da responsabilidade em fazer uma indústria moderna. É importante criar no Pará um “clima de negócios”, que atraia os investimentos

Porém, essa Agenda não é apenas do setor empresarial. Ela contém iniciativas e responsabilidades de diferentes setores da sociedade e níveis de governo. E os benefícios decorrentes da sua implantação serão divididos por toda a sociedade.

A Agenda é a proposta de um grande pacto, visando concentrar esforços em questões fundamentais para o desenvolvimento paraense. Acredito que o sucesso dessa experiência pode marcar o início de uma nova relação entre governo, iniciativa privada e sociedade, gerando o crescimento de todos que vivem na região.

Sabemos que o Pará tem um grande peso econômico na Amazônia e, conseqüentemente, grande influência nos destinos da região. O empresário paraense está consciente da responsabilidade em fazer uma indústria moderna e competitiva, que cresce com respeito ao meio ambiente. Para isso, é importante criar no Pará um “clima de negócios”, que atraia os investimentos.

Se tivermos órgãos públicos que funcionem com eficiência, regras claras, adequadas à nossa realidade e que não mudem as diretrizes no meio do jogo, tenho certeza de que a indústria paraense cumprirá seu papel de forma exemplar. ■



www.fiepa.org.br

Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA
Quadrênio 2006/2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa - 1º VICE-PRESIDENTE
Gualter Parente Leitão - 2º VICE-PRESIDENTE
Manoel Pereira dos Santos Jr.
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Antônio Georges Farah
Ronaldo Maiorana
Roberto Kataoka Oyama
Juarez de Paula Simões
Fernando Antônio Ferreira
Nilson Monteiro de Azevedo
Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos - DIRETOR SECRETÁRIO DA FIEPA
Antônio Djalma Vasconcelos - 2º DIRETOR SECRETÁRIO
Ivanildo Pereira de Pontes - DIRETOR EXECUTIVO
Roberto Rodrigues Lima - 1º DIRETOR TESOUREIRO
Carlos Jorge da Silva Lima
José Maria da Costa Mendonça
Marcos Marcelino de Oliveira
Fábio Ribeiro Vasconcelos
Jefferson Rodrigues Brasil
Antônio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Paulo Afonso Costa
Jadir Seramucín
Antônio Emil Macedo
Eugênio Carlos Lopes Victoroso
Hélio de Moura Melo Filho
Ana Clara Rodrigues Boralli
Sonia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu de Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza
João Batista Corrêa Filho
Denise de Lima Farah

CHEFIA DE GABINETE

Fábio Contente

PARÁ Industrial

Revista bimestral do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

PRODUÇÃO

temple
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865
Edifício Síntese 21 - Salas 1201, 1203 e 1205
Bairro São Brás | Cep: 66040-100
www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro

Editor: Raimundo Pinto

Editor-assistente: Fernando Alves

Projeto gráfico e diagramação: Calazans Souza

Tratamento de imagem: Antônio Machado

Reportagens: Raimundo Pinto, Daniel Nardin, Alessandra Barreto, Fabrício Gesta, Yuri Age, Adriana Ferreira, Camila Parente, Janaína Pucci e João Bosco.

Fotos: Marcelo Lelis, David Alves, Salvíano Machado, Fabrício Gesta, Ricardo Augusto e Washington Oliveira.

Capa: Marcelo Lelis

Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
Walkiria Medeiros – walkiria@temple.com.br
(91) 3205 6516 / 3205 6500

Impressão: Marques Editora

Tiragem: 10.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588. Cep: 66035-190.
(91) 4009 4900/ (91) 3224 1995

e-mail: ascom@fiepa.org.br ou paraindustrial@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiepa.

MARCELO LELIS



Faltam projetos para serem financiados no Pará". O estado é um dos que menos recorrem aos recursos do FDA

ENTREVISTA:

Djalma Mello, superintendente da Sudam. Pág.8.

- 3 • **EDITORIAL** | José Conrado Santos, presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará).
- 12 • **ECONOMIA** | Com a chegada de novos empreendimentos, o Pará projeta assumir novo papel na economia brasileira.
- 18 • **MERCADO** | Grupo Alubar comemora dez anos em meio a perspectivas de crescimento e novas conquistas.
- 20 • **NEGÓCIOS** | Cerpa lança novos produtos e campanha para reconquistar o mercado paraense.



INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL

Agenda Ambiental da Indústria reforça o compromisso de buscar o desenvolvimento do Pará com respeito ao meio ambiente. Pág.24.

- 30 • **INDÚSTRIA SOCIAL** | Setor florestal investe em ações de educação ambiental e responsabilidade social.
- 32 • **EDUCAÇÃO** | Prêmio Paraense IEL de Estágio estimula empresas a prepararem os futuros profissionais.
- 36 • **TRABALHO** | Unidades móveis encaram a estrada com a proposta de interiorizar a qualificação profissional.
- 40 • **FEIRA DA INDÚSTRIA** | Edição 2009 da FIPA promete novidades e exposição recorde de produtos regionais.
- 42 • **SAÚDE** | Programa Indústria Saudável alerta: trabalhadores precisam adotar novos hábitos no dia-a-dia.

leia mais...



RADAR DA INDÚSTRIA | 7

Relembre, na seção Memória da Indústria, a antiga Fábrica Perseverança, uma ex-gigante da indústria paraense cujo prédio ainda resiste ao tempo

VIDA CORPORATIVA | 23

Empresas "descobrem" a comunicação interna

INDÚSTRIA EM FOCO | 47

Bons motivos para se cultivar o eucalipto

COLABORADORES

- IVANILDO PONTES** | Diretor executivo da FIEPA
- PAULO CAMILLO** | Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração
- DAVID LEAL** | Coordenador do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores da FIEPA

10 anos de evolução

verodesign



- Cabos de Alumínio CA.
- Cabos de Liga de Alumínio CAL, ACAR e CALA.
- Cabos Multiplexados XLPE / PE.
- Cabos de Alma de Aço CAA.
- Cabos Cobertos de Alumínio 15kV.
- Cabos de Alumínio Liga TAL.



ALUBAR

Área 4 - Zona Portuária de Barcarena
Barcarena/PA/Brasil • CEP 68447-000
(91) 3754.7155/7110 • Fax: (91) 3754.7154
cabos@alubar.net • www.alubar.net



Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2000



CÍRIO NA FIESP

O Círio de Nazaré, maior procissão religiosa do Brasil, virou sensação em São Paulo. Com 4 mil peças de miriti em miniatura, a exposição “Círio de Nazaré: Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira”, promovida pela Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), em parceria com a Diretoria da Festa do Círio de Nazaré e a Paratur, representou todo o simbolismo da grande romaria na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), no período de 1º a 6 de setembro. A mostra impressionou com os principais ícones da fé do povo paraense: a berlinda e a corda dos romeiros usada no Círio de 2007. A novidade deste ano foram as peças de interação tátil, visual e olfativa criadas para os visitantes portadores de necessidades especiais. A exposição recebeu cerca de 10 mil visitantes. São Paulo foi o segundo estado brasileiro a receber a exposição, que passou pela sede do Senado, em Brasília, no ano passado. Para 2009, a exposição sobre o Círio de Nazaré será levada à cidade do Rio de Janeiro.

MINERAÇÃO GANHA REPRESENTATIVIDADE

O setor mineral já tem uma entidade representativa. É o Sindicato da Indústria Mineral do Estado do Pará, filiado à FIEPA. Criado no final do mês de junho, o sindicato fortalecerá a imagem e garantirá maior representatividade do setor de mineração durante discussões com o governo. “A partir de agora, não são mais as empresas, e sim este sindicato, quem vai esclarecer dúvidas e pleitear as questões das mineradoras do estado”, reforça o presidente da entidade, Eugênio Victorasso. A criação do sindicato é importante no momento em que o Pará desponta como um dos maiores produtores minerais no Brasil. Para os próximos cinco anos, segundo estudos do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), estão previstos cerca de US\$ 47 bilhões em novos investimentos na mineração, sendo que US\$ 22,8 bilhões têm como destino a Amazônia, que vem crescendo de forma expressiva na região, especialmente no Pará, cujas exportações têm contribuído para os recordes registrados pela balança comercial brasileira.



COPA EM BELÉM

A FIEPA se uniu ao governo do Pará para fazer com que Belém seja uma das cidades brasileiras escolhidas para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014. A Federação, através do diretor executivo Ivanildo Pontes, ganhou assento no Grupo de Trabalho Copa, coordenado pela ex-secretária de Estado de Esporte e Lazer, Lúcia Penedo. Além da importância turística para o estado e para a região, a Copa deixará um legado para a cidade depois do campeonato internacional, tanto em infra-estrutura física quanto em benefícios para o esporte paraense. O diferencial da capital paraense em relação a Manaus, principal concorrente na Amazônia, é o Estádio Olímpico, o popular Mangueirão, que precisaria de poucos reparos para servir como palco para o Mundial. Ao todo, 18 cidades foram pré-selecionadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pela Fifa para sediarem os jogos. Belém disputa a condição de ser sub-sede com Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife/Olinda, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. As cidades escolhidas serão anunciadas no início de 2009, segundo a CBF.

PARÁ ENTRE OS MELHORES

A indústria paraense segue o mesmo ritmo de crescimento do setor industrial nacional. Segundo o Centro Internacional de Negócios do Pará (CIN), o Pará já é o segundo maior estado no saldo da balança comercial, ficando atrás apenas de Minas Gerais. De janeiro a julho deste ano, o valor exportado pelo estado superou os US\$ 5,5 bilhões. O minério continua sendo o principal item nas exportações do estado, com US\$ 1,7 bilhões negociados para outros países. O segundo item é a madeira, que alcançou o valor exportado de US\$ 385 milhões, e em seguida os bovinos vivos, com US\$ 178 milhões.

IMÓVEIS EM ALTA

Com um crescimento significativo no número de financiamentos bancários para a aquisição de imóveis no Pará - puxado pelo acesso mais fácil a linhas de crédito, pela redução dos juros e pelo crescimento da economia -, a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI-PA) vai oferecer mais de cinco mil imóveis numa edição extra de sua tradicional feira de imóveis, que está sendo produzida para o período de 18 a 23 de novembro, na Estação das Docas.

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL

Empresários e representantes de associações do Canadá, Austrália, Chile e Peru, que têm forte economia mineral, já confirmaram presença na I Exposição Internacional de Mineração da Amazônia (EXPOSIBRAM), feira que oferecerá oportunidades de negócios e interação entre fornecedores e compradores. O evento ocorrerá no Hangar – Cento de Convenções da Amazônia, de 10 a 13 de novembro. No mesmo período, autoridades conceituadas vão discutir temas como mão-de-obra, ciência e tecnologia, mercado, economia emergente e conservação ambiental durante o I Congresso Internacional de Mineração da Amazônia. O embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e de Meio Ambiente, é um dos especialistas garantidos.

3º ENAI

As federações das indústrias de todo o país estarão reunidas nos dias 28 e 29 de outubro, em Brasília, para o 3º Encontro Nacional da Indústria. O evento, que busca alternativas para potencializar o desenvolvimento do setor industrial e o crescimento do país, irá apresentar e discutir as propostas formuladas durante os encontros regionais.

No Pará, a FIEPA realizou no dia 29 de agosto o Encontro Estadual da Indústria. Durante o evento, os 35 sindicatos filiados à Federação debateram em torno de cinco eixos: inovação e produtividade na indústria; sistema trabalhista e impacto na competitividade industrial; tributação e os desafios para a indústria; competitividade sistêmica, infra-estrutura e meio ambiente; e inserção internacional da economia brasileira.

MEMÓRIA DA INDÚSTRIA



O prédio da antiga Fábrica Perseverança ainda resiste ao tempo, ocupando uma quadra inteira do bairro do Reduto, hoje abrigando outras atividades. A Perseverança foi fundada em 1895, propriedade de Martins Jorge & Cia. Fabricava cabos, aniagens, barbantes, linhas para pesca e algodão hidrófilo. Seus 300 teares produziam diariamente cerca de 15 mil metros de tecidos, destinados à embalagem de outros produtos regionais. Empregava mais de 1.000 operários e ocupava uma área de aproximadamente 12 mil metros quadrados. A imagem ao lado é de 1939.

O economista amazonense Djalma Mello tem uma tarefa árdua à frente da nova Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Originalmente criada em 1966, foi extinta em 2001, em meio a várias denúncias de irregularidades na sua administração, sendo substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), e recriada no Governo Lula em 2007, já vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Mello assumiu primeiramente o cargo de diretor-geral da ADA em 2004, e depois, em novembro de 2007, foi nomeado o primeiro superintendente da nova Sudam.

Nesta entrevista à PARÁ INDUSTRIAL, o ex-superintendente adjunto de Planejamento e de Operações da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) garante que a nova Sudam já se livrou desse estigma e que voltou a ter credibilidade junto ao empresariado da região. Segundo ele, o órgão tem recursos para financiar os seus projetos e as reclamações sobre a falta de recursos partem daqueles “que não nos procuraram”. O próprio Djalma Mello coloca uma questão: por que os empresários paraenses não apresentam projetos para o FDA, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia? Ele destaca ainda que a prioridade da Sudam é para o financiamento de projetos de infra-estrutura, educação e para a produção de biodiesel. Mello acha que as críticas ao plantio de culturas para a produção de biocombustíveis são “uma preocupação infeliz dos estrangeiros”. Para ele, é possível desenvolver a Amazônia sem grandes prejuízos ao meio ambiente.

“NOVA” SUDAM À ESPERA DE PROJETOS

PARÁ INDUSTRIAL – Depois de tantas mudanças que ocorreram nos últimos anos em relação à Sudam, os empresários paraenses estão preocupados. Quando o órgão estará plenamente estruturado para colaborar para o desenvolvimento da região?

DJALMA MELLO – Nós temos dois problemas a resolver para considerar a Sudam plenamente estruturada. Um deles é referente à carência de recursos humanos. Nosso quadro hoje é de apenas 131 funcionários, mais dez que exercem função DAS, quando a gente sabe que a antiga Sudam chegou a ter mais de 700. Não precisamos de tudo isso, talvez com 300 a 400 tenhamos um quadro bem consistente. Mas, para isso, já temos uma solução, que falta sair. Trata-se do projeto do plano de cargos, carreiras e salários, que já passou pela Casa Civil, voltou para algum ajuste no Ministério do Planejamento, que é quem aprova, e acreditamos que no máximo até setembro esse plano estará aprovado. Uma vez aprovado esse plano, surgem duas coisas muito boas. Em primeiro lugar, passa a existir o que não havia desde a antiga Sudam: uma carreira digna dos servidores. O segundo ponto é que, com esse plano aprovado, para mais de 350 cargos, poderemos fazer um concurso - só na Amazônia - para contratar sobretudo técnicos, que serão os novos quadros para oxigenar nosso quadro atual. Nós esperamos virar este ano já com esse pessoal.

PARÁ INDUSTRIAL – Qual é o segundo problema que deve ser resolvido?

DJALMA MELLO – É a questão dos recursos orçamentários. Nós temos razoáveis recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para financiar empreendimentos do setor privado, mas, para financiar infra-estrutura e outros projetos do setor público, esses recursos são carentes, nosso orçamento é muito pequeno. É o mesmo orçamento da ADA. Quer dizer: a Sudam cresceu, suas obrigações também, mas o orçamento não cresceu. Mas somos do tipo de pessoa que não gosta de colocar apenas o problema. Nós temos uma solução em curso, que é através da aprovação da reforma tributária. Com ela estará inserido o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, o FNDR, que está sendo criado para a formação de recursos que serão aplicados através da Sudam, da Sudene e do Centro-Oeste. Então, com este fundo, que vai começar em torno de R\$ 2 bilhões, teremos recursos para atender a demanda do setor público, tanto dos governos como das prefeituras da Amazônia.

PARÁ INDUSTRIAL – Mas qual é a possibilidade de a Sudam conseguir recursos na dimensão da necessidade da região?

DJALMA MELLO – Essa é a possibilidade, tanto que estamos trabalhando junto às nossas bancadas, tanto na Câmara



Federal como no Senado, no sentido de que ajudem na aprovação dessa reforma tributária. Essa é uma saída que nós temos. A outra, agora que já nos tornamos Sudam, é aumentar nossos recursos orçamentários para o ano que vem, nem que seja através de emendas parlamentares. Este ano, por exemplo, tivemos emendas parlamentares só de Rondônia, na ordem de R\$ 20 milhões. Nenhum parlamentar de outro estado apresentou emendas. Mas tem também recurso de emenda parlamentar, em torno de R\$ 15 milhões, da Comissão da Amazônia.

PARÁ INDUSTRIAL – Qual é o orçamento da Sudam para este ano?

DJALMA MELLO – É de R\$ 18 milhões. Só o nosso custeio da máquina vai a cerca de R\$ 12 milhões.

PARÁ INDUSTRIAL – Os empresários reclamam que os recursos são muito reduzidos para financiar seus projetos.

DJALMA MELLO – Para os empresários temos muitos recursos. Esses empresários que estão reclamando é que não nos procuraram. Nos dois últimos anos, já liberamos R\$ 537 milhões do FDA para sete empresas, mas poderiam ser 20, 30 a 100 empresas, depende delas entrarem com o projeto. Do Pará recebemos apenas um projeto, que foi de um porto em Barcarena, que já foi aprovado, mas que o empresário resolveu fazer com recursos do FNO (Fundo

Constitucional do Norte). Mas agora estamos esperando dois grandes projetos. Um é o complexo de peixe que será montado em Tucuruí, de empresários locais, para o qual já demos sinal verde e estamos aguardando apenas a carta consulta. Outro grande projeto é de uma outra usina termelétrica, que não é a da Vale, à base de coque em Barcarena, para 700 MW.

PARÁ INDUSTRIAL – O que os empresários reclamam é que os juros cobrados para esses recursos do FDA são muito elevados, acima, por exemplo, dos obtidos nas linhas do BNDES. O que o senhor acha disso?

DJALMA MELLO – Na comparação que nós fazemos, não é assim. Nossos juros incluem a TJLP, mais 0,15% e mais até 3% para a Sudam. E nos projetos de infra-estrutura a Sudam já reduziu 1,5%, a própria diretoria decidiu reduzir. Então, esses 3%, dependendo do interesse do projeto para o desenvolvimento da Amazônia, pode ser reduzido. Por exemplo: um projeto localizado em região de fronteira, no interior da região.

PARÁ INDUSTRIAL – Como explicar, então, o fato de as empresas não estarem procurando a Sudam para a obtenção de recursos para seus empreendimentos?

DJALMA MELLO – Em relação ao Pará, o que posso dizer é que estamos muito bem afinados com a FIEPA, já fize-►



FOTOS: MARCELO IELS



Se alguém conseguir mudar a lei, nós aplaudiremos e apoiaremos. Nós queremos que seja 100% (de isenção de Imposto de Renda), pelo menos para os novos projetos. Mas isso é uma questão de mudar toda uma legislação. Os empresários bem que poderiam nos ajudar, juntar força com a área política. Nós não temos essa força para mudar a legislação”

mos mais de três palestras sobre o Fundo na FIEPA, mas não sei dizer por que os projetos não apareceram.

PARÁ INDUSTRIAL – O que muitos empresários questionam é por que não conceder isenção total de Imposto de Renda, em vez dos 75% que são concedidos.

DJALMA MELLO – Se alguém conseguir mudar a lei, nós aplaudiremos e apoiaremos. Nós queremos que seja 100%, pelo menos para os novos projetos. Mas isso é uma questão de mudar toda uma legislação. Os empresários bem que poderiam nos ajudar, juntar força com a área política. Nós não temos essa força para mudar a legislação, isoladamente.

PARÁ INDUSTRIAL – O que se coloca também é que o corpo técnico da Sudene atende de forma prioritária os empresários nordestinos, enquanto o corpo técnico da Sudam não dá essa mesma prioridade para os empresários amazônicos. O que o senhor acha disso?

DJALMA MELLO – O que posso dizer é que o corpo técnico da Sudene ainda não aprovou nenhum projeto com o fundo deles lá e nós já aprovamos 14 aqui. São da Amazônia. Em relação ao Pará, ainda não apareceu projeto. Agora, em relação à redução do Imposto de Renda, todos os projetos do Pará estão atendidos. E é uma festa na Sudam quando aparece um projeto do Pará para o FDA, como esse de Tucuruí e o da usina termelétrica em Barcarena. O corpo técnico faz uma festa, porque a maioria de seus integrantes é de paraenses. Mas eu gostaria de deixar essa questão: por que os empresários paraenses não apresentam projetos para o FDA?

PARÁ INDUSTRIAL – A que o senhor atribui isso?

DJALMA MELLO – Se eu soubesse, eu já tinha resolvido. Pelo menos a FIEPA não reclama de nada. E toda hora nós estamos contactando com a entidade. Não podemos obrigar os empresários a fazer financiamentos conosco. Talvez uma das razões seja essa, de eles acharem os juros altos.

PARÁ INDUSTRIAL – O senhor acha que a nova Sudam conseguiu se livrar do estigma que a antiga Sudam carregava pelas denúncias de irregularidades que a atingiram?

DJALMA MELLO – Consegui se livrar desde quando ela foi ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia). Um dos trabalhos que a ADA fez – e não só a diretoria como toda a sua equipe técnica – foi livrar-se desse estigma. Hoje estamos muito bem acreditados pelos empresários da Amazônia, tanto que já estão aumentando os projetos de Imposto de Renda no Tocantins, no Mato Grosso, no Amapá. E do FDA também. Não sei se este estigma ainda existe aqui no Pará, mas nos outros estados da Amazônia somos muito procurados, temos ido lá e estamos atendendo na medida dos recursos que temos. Nós já aprovamos mais de 550 projetos de Imposto de Renda na Amazônia, dos quais lamentavelmente no Pará, cento e poucos. Para tentarmos ampliar esses projetos – porque o Pará tem muito mais empresas do que esse número –, estamos juntando esforços com a Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Estado e também com a FIEPA.

PARÁ INDUSTRIAL – Qual é o orçamento do FDA?

DJALMA MELLO – Para este ano é de R\$ 800 milhões. E para o ano será de mais de R\$ 800 milhões, porque ele cresce todo ano. E estamos precisando de projetos ainda para este ano, porque, se não aparecer projeto, vamos devolver dinheiro. E nós não podemos agarrar o pessoal na rua para apresentar projeto.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais são os seus planos para o futuro na Sudam?

DJALMA MELLO – Primeiro, é elaborar ainda este ano o Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia. É resolver o problema de recursos humanos. E é resolver o problema de recurso orçamentário, porque o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia está andando muito bem e os incentivos fiscais também. Então, para a gente poder

dar passos maiores, precisamos de recursos humanos e financeiros. Ainda em relação ao Plano, não será difícil sua elaboração, porque teremos como orientação estratégica a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que já está aprovada pelo governo, e também como orientação programática o PAS, que é o Plano Amazônia Sustentável.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais são as prioridades para financiamento?

DJALMA MELLO – Infra-estrutura, porque sabemos que não se processa desenvolvimento sem infra-estrutura. E educação, sobretudo a educação a nível de mestres e doutores. Já temos convênio, apoiando com os poucos recursos de que dispomos. E, quando se fala em formação de doutores, se fala também em laboratórios. Nós entendemos que são esses técnicos que vão fazer pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

PARÁ INDUSTRIAL – Uma das questões que se discute hoje é a de evitar que os órgãos oficiais financiem atividades predatórias. Como a Sudam se enquadra nessa questão?

DJALMA MELLO – Todos os projetos, para serem aprovados aqui, tanto na área de incentivos fiscais como de incentivos financeiros do FDA, têm que ter EIA/Rima, as licenças ambientais. No caso, por exemplo, das pequenas centrais hidrelétricas que estamos financiando, têm que apresentar a Licença Prévia e depois a Licença de Implantação. Nós não analisamos um projeto se não apresentar essas licenças.

PARÁ INDUSTRIAL – Além das obras de infra-estrutura, que tipo de atividade produtiva a Sudam prioriza?

DJALMA MELLO – Nós estamos priorizando a produção de biodiesel, utilizando uma matéria-prima que já está consagrada na Amazônia, que é o dendê, ou o pinhão-manso, que está surgindo agora, com experiências vito-

riosas no Tocantins, no Mato Grosso e também no Pará, onde na região de Tucuruí já tem gente plantando. O pinhão-manso tem a vantagem de ser uma árvore que chega a três metros de altura, é perene e você só aproveita o fruto.

Agora, nesses projetos a gente orienta que seja com inclusão social, que a agricultura em grande parte seja feita por agricultura familiar e/ou assentamento.

PARÁ INDUSTRIAL – Mas como o senhor vê a preocupação de que o plantio de culturas para a produção de biocombustíveis venha a substituir a produção de alimentos?

DJALMA MELLO – Essa é uma preocupação infeliz dos estrangeiros. Quem é do Brasil e da Amazônia sabe, em primeiro lugar, que pinhão-manso ninguém come. Em segundo lugar, só de áreas antropizadas nós temos na Amazônia milhões de hectares. Geralmente as pessoas que levantam questões desse tipo são as que não trabalham. O nosso presidente da República já disse várias vezes que a nossa produção de bioenergéticos não afeta a produção de alimentos. Nos Estados Unidos afeta, porque o etanol deles é de milho, mas o nosso é de cana-de-açúcar. E ainda se aproveita o bagaço para fazer geração de energia.

PARÁ INDUSTRIAL – O senhor acha possível desenvolver a Amazônia sem grandes prejuízos ao meio ambiente?

DJALMA MELLO – Com certeza absoluta é possível. Nós estamos criando um fundo em que todas as liberações do FDA nos permite tirar 1,5% para aplicar em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia. Esse fundo está sendo normatizado, para o que convidamos todos os secretários de ciência e tecnologia dos nove estados da Amazônia. E esses recursos nós esperamos que sejam utilizados em pesquisas. Por isso que eu digo que precisamos de laboratórios e doutores que nos digam como desenvolver a Amazônia sem afetar o seu meio ambiente. ✕



Nós temos razoáveis recursos do FDA para financiar empreendimentos do setor privado, mas, para financiar infra-estrutura e outros projetos do setor público, esses recursos são carentes, nosso orçamento é muito pequeno. É o mesmo orçamento da ADA. Quer dizer: a Sudam cresceu, suas obrigações também, mas o orçamento não cresceu”

NOVOS HORIZONTES

Anúncio de novos investimentos na mineração faz o Pará, até hoje apenas um potencial fornecedor de matéria-prima, vislumbrar a verticalização em novos setores da cadeia produtiva

• Produção de aço na fábrica da Sinobrás, em Marabá: beneficiamento em seu território não é mais novidade no estado



• Ana Júlia, Lula e Roger Agnelli na inauguração da expansão da Alunorte, em Barcarena: mineração deve investir US\$ 20 bilhões no estado até 2012

Há pelo menos três anos, o Pará ocupa uma posição nobre na relação dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo. Só em 2007, o estado comercializou mais de US\$ 2,3 bilhões deste produto para outros países, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para efeito de comparação, esse montante supera tudo o que o Paraguai negociou para fora do seu território no ano passado – o país vizinho exportou pouco mais de US\$ 1,6 bilhão. Em contrapartida, o Pará nunca conseguiu destaque na lista dos que mais exportam produtos beneficiados de origem mineral. Cenário contraditório, mas que pode sofrer uma reviravolta em pouco tempo, com a sinalização de maciços investimentos no setor siderúrgico paraense.

O mais audacioso de todos é o da Vale. A empresa anunciou oficialmente no dia 14 de agosto a construção da Aço Laminados do Pará S/A, siderúrgica que será erguida em Marabá, município do sudeste paraense, onde serão produzidas inicialmente 2,5 milhões de toneladas de aço por ano, podendo chegar a 5 milhões de toneladas com a expansão futura do empreendimento. A usina siderúrgica da Vale está sendo pensada para produzir chapas de aço, bobinas laminadas a quente, chapas grossas e tarugos de aço. Em outras palavras, o setor, antes mero exportador, vai poder verticalizar a sua produção.

A construção da siderúrgica não significará apenas a possibilidade de o Pará fabricar em seu território os produtos que atualmente são moldados na China, nos Estados Unidos e em outros países consumidores do minério oriundo do solo paraense. Essa linha de produção, aliada aos novos investimentos anunciados pela Vale para os próximos quatro anos (Usina Termelétrica de Barcarena e Centro de Tecnologia de Bauxita e

Empreendimentos a caminho

A Vale, segunda maior mineradora do mundo, é quem deve fazer os investimentos mais pesados no Pará nos próximos anos. Alguns serão pioneiros.

Aço Laminados do Pará S/A

A primeira siderúrgica da Vale no Pará terá a capacidade inicial de produzir 2,5 milhões de toneladas por ano. Instalada no município de Marabá, no sudeste paraense, a usina possibilitará que novos investimentos sejam feitos não só no município, mas em toda a região, consolidando o Pólo Industrial de Marabá como um entroncamento logístico dos mais importantes para o Brasil. A previsão é que a usina, que deve gerar até 21 mil empregos diretos e indiretos durante a fase de implantação, comece a operar no final de 2012. Mais de R\$ 23,5 bilhões deverão viabilizar a construção da Aço Laminados do Pará S/A. O empreendimento será erguido em terreno desapropriado pelo governo estadual.

Usina Termelétrica de Barcarena

Com uma potência de 600 MW, a Usina Termelétrica de Barcarena - UTE atenderá a demanda de energia dos projetos da Vale e suas expansões. Interligada ao Sistema Norte, disponibilizará parte desta energia gerada para outras atividades produtivas que poderão se instalar na região, incentivando assim a implantação de novas empresas e com elas novos investimentos. A Termelétrica de Barcarena custará à Vale algo em torno de US\$ 898 milhões. Durante a fase de construção, o empreendimento deverá gerar 5 mil empregos indiretos. Para o funcionamento, 120 empregos diretos.

Centro de Tecnologia de Bauxita e Alumina

O primeiro centro de tecnologia das Américas terá o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os recursos e as reservas de bauxita da Vale, além de desenvolver novas tecnologias para o processamento de minérios.

Alumina), permitirão a criação do Pólo Metal-Mecânico do Pará, um centro industrial capaz de colocar produtos beneficiados no mercado e, sobretudo, de integrar mais a cadeia produtiva local.

Segundo o presidente da Vale, Roger Agnelli, a criação do Pólo Metal-Mecânico irá aumentar em cerca de 60% a produção brasileira de aço, resultado dos investimentos pesados da mineradora. “A maior parte daquilo que a gente gera a gente reinveste, seja no crescimento, no desenvolvimento, na geração de oportunidades a todos os trabalhadores dos 30 países onde nós operamos, sendo que praticamente 90% dos nossos investimentos estão aportados aqui no Brasil”, destacou, durante a inauguração da expansão da Alunorte, a maior refinaria de alumina do mundo, que tem a Vale como controladora.

Diante de autoridades políticas, entre elas o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e empresários, o presidente da Vale afirmou que a usina siderúrgica terá seu cronograma adiantado em um ano - a princípio, ela entraria em operação no final de 2013.

A bem da verdade, a Aço Laminados do Pará S/A não será uma desbravadora. O estado já possui uma aciaria. A Sinobrás, que está sediada em Marabá, começou a produzir aço em 2008. Aliás, a empresa é a primeira siderúrgica integrada (usina + aciaria) do Norte e Nordeste do Brasil. A diferença da siderúrgica da Vale é que ela chega com o know-how de uma empresa que opera em 30 países e que teve um lucro bruto de R\$ 34,6 milhões em 2007.

A chegada da siderúrgica da Vale a Marabá é apenas um dos grandes empreendimentos que o Pará receberá nos próximos anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), até 2012 somente a mineração vai injetar US\$ 20 bilhões no estado em forma de novos investimentos. Essa é apenas parte da cadeia produtiva do Pará, que aos poucos vai expandindo os seus horizontes e se preparando para o ciclo da verticalização.

• *Vista da “Marabá Pioneira”: município receberá importantes obras, como a modernização do seu distrito industrial*

Bons presságios para o mercado interno e para o comércio exterior

Nem mesmo os gargalos estruturais do Pará diminuem os bons presságios em relação à siderúrgica da Vale. O escoamento da produção da usina siderúrgica será beneficiado por um conjunto de obras estruturantes que estão sendo implementadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a construção das eclusas de Tucuruí, a Hidrovia do Tocantins, o Porto de Vila do Conde e a Estrada de Ferro Norte-Sul.

De acordo com a governadora Ana Júlia, serão aplicados R\$ 8 milhões na revitalização e ampliação do Distrito Industrial de Marabá. “O projeto do distrito de Marabá prevê a construção da parte dois e três. Tenho certeza de que, com esses importantes empreendimentos, os 173 lotes só da parte dois serão todos ocupados, fazendo de Marabá um importante centro industrial do estado”, falou. Além do distrito de Marabá, a governadora anunciou obras de revitalização dos distritos de Barcarena, Belém e Ananindeua e construção do de Santarém.



Crescimento econômico + Geração de empregos

A construção da Aço Laminados do Pará S/A já faz brilhar os olhos do empresariado e do governo paraense. A expectativa da Vale e dos governos federal e estadual é que a siderúrgica - com o orçamento inicial de aproximadamente US\$ 3,3 bilhões - atraia novos investimentos ao estado e fomenta a cadeia produtiva paraense, possibilitando o surgimento de novas oportunidades de emprego. Somente na implantação da primeira fase do projeto, prevê-se a criação de 16 mil empregos no estado. Para a fase de operação, o número salta para 3.500 empregos diretos e 14 mil indiretos.

Para 2012, a Vale contabiliza um aumento superior a 68 mil novos postos de trabalho no Pará, que, somados aos 34.650 já existentes, farão com que o estado seja o maior beneficiado com as oportunidades ofertadas pela mineradora. “Mais de 34 mil trabalhadores da Vale estão aqui no Pará. Em 2012, nós devemos aumentar em 170 mil as novas vagas no Brasil todo, sendo que dessas, 68 mil estarão no Pará. Assim, 31% do total da folha de pagamento da Vale do mundo inteiro estará aqui no estado”, destacou Roger Agnelli.

Aproveitando o momento do anúncio de importantes empreendimentos para o estado, a governadora Ana Júlia Carepa lançou como meta de seu governo o crescimento de 25% do PIB (Produto Interno Bruto) paraense até o final de seu mandato, em 2010. “As previsões são que o PIB paraense chegue a R\$ 55 bilhões até dezembro de 2010”, disse.

Para o presidente do Centro das Indústrias do Pará, José Maria Mendonça, os novos empreendimentos no estado irão dinamizar a economia, fazendo com que novas indústrias tenham o interesse de se instalar em solo paraense. “A única consideração que fazemos é por parte da expansão da Alunorte. Tínhamos interesse que além da alumina, a mineradora também produzisse alumínio. Sabemos que essa não é uma falta da mineradora. Para produzir alumínio precisaríamos aumentar a geração de energia. Acontece que os entraves para a Belo Monte atrapalham o desenvolvimento do Pará”, avalia.

O boom da alumina

Com nova ampliação em sua estrutura, a gigante Alunorte incrementa capacidade de produção e se consolida como referência mundial

O anúncio da construção da siderúrgica da Vale não aconteceu na Alunorte por acaso. A empresa sediada em Barcarena teve este privilégio em razão da sua terceira expansão, que a consolida como a maior refinaria de alumina (matéria-prima do alumínio) do mundo. Agora, a Alunorte terá a capacidade de produzir 6,26 milhões de toneladas de alumina por ano, passando a responder por 7% da produção mundial do produto e atendendo cada vez mais os mercados brasileiro e internacional.

Para atingir o aumento da produtividade, a empresa fez investimentos maciços na integração entre a sede e os municípios fornecedores. Desde o ano passado, a Alunorte iniciou um processo inédito de transporte da bauxita, matéria-prima da alumina. O minério sai das minas de Paragominas através de bombeamento em polpa aquosa pelo mineroduto de 244 quilômetros de extensão, que deságua em filtros direto na planta da Alunorte. A previsão é de que nos próximos anos a mina de Paragominas atenda em 53% a demanda por consumo de bauxita da Alunorte.

A expansão da Alunorte também resultou na ampliação do número de novos postos de trabalho. Atualmente a empresa contabiliza 2.800 empregados, sendo que 1.600 são próprios e os outros 1.200 são contratados (terceirizados).

A utilização da alumina vai além da produção do alumínio. Ela também é matéria-prima importante para a fabricação de cerâmicas especiais, produtos de limpeza, vidros e medicamentos. Sua versatilidade no processo produtivo vem aumentando a demanda. Segundo dados da refinaria, aproximadamente 85% de sua produção serão exportados para a Europa, América do Norte e Ásia.

Projeto prevê melhorias em Distritos Industriais

Em meados da década de 60, a população brasileira viu nascer um instrumento que impulsionaria o desenvolvimento econômico do país. Os Distritos Industriais deram ordenamento à atividade industrial, atraindo novos investimentos para o Brasil. No Pará, esta política de ordenamento industrial ganhou força no início dos anos 80, com a criação do Distrito Industrial (DI) de Icoaraci, localizado a 18 km da capital paraense.

A partir da implantação do DI de Icoaraci, com 204,11 hectares, 50 novas empresas vieram a se instalar na capital paraense. Atualmente, apenas 37 estão em funcionamento. A redução, segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Icoaraci, Luiz Otávio Monteiro, é reflexo do descaso histórico das autoridades políticas com os DI. “Na verdade, o nosso distrito nunca foi objetivamente concluído. Não temos aqui a infra-estrutura básica para a instalação de novas indústrias, e é por este motivo que muitos dos lotes continuam abandonados”, comentou.

Para tentar reverter a situação de abandono e atrair novas empresas, o governo do Pará anunciou, no final de agosto, o projeto de reestruturação, ampliação e implantação dos Distritos Industriais. Os quatro DI existentes (Icoaraci, Ananindeua, Barcarena e Marabá) serão revitalizados e mais um será criado, o de Santarém, estimulando também o crescimento econômico para as regiões oeste e nordeste do estado. Os investimentos, que somam R\$ 32,546 milhões, virão através de aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com contrapartida do governo estadual.

Somente para o DI de Icoaraci, o projeto prevê a recuperação dos cinco quilômetros do complexo viário, construção de ciclofaixas, calçamento, paisagismo, recuperação do sistema de iluminação pública, reconstituição do sistema de drenagem superficial e a construção de três pórticos, sendo um para alocar o posto da polícia e os outros para sinalização. A revitalização do espaço industrial de Icoaraci terá o custo de aproximadamente R\$ 3,5 milhões e deverá seguir o cronograma de três meses, contados após o anúncio da empresa vencedora do edital de concorrência pública. Os editais para os projetos de recuperação dos DI de Icoaraci, de Ananindeua e Marabá já estão disponíveis no endereço eletrônico www.compraspara.pa.gov.br.

“A governadora quer aumentar em 25% o PIB paraense até o final de 2010. Para alcançar esta meta, o governo tem realizado uma série de ações que possibilitem o crescimento econômico. A aposta nos Distritos Industriais é uma das ações que possibilitarão o aumento do PIB”, justifica o secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Sedect), Maurílio Monteiro.

EUNICE PINTO/AG PARA



• Maurílio Monteiro, titular da Sedect: “Distritos vão aumentar o PIB”

POR MEIO DE UM APORTE FINANCEIRO DO BNDES, O GOVERNO ESTADUAL PROMETE INJETAR R\$ 32,546 MILHÕES EM OBRAS PARA REESTRUTURAR OS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE ICOARACI, ANANINDEUA, BARCARENA E MARABÁ E PARA CONSTRUIR O DE SANTARÉM. INVESTIMENTOS NESTAS ÁREAS SÃO REINVIDICAÇÕES ANTIGAS DO EMPRESARIADO PARAENSE.



DAVID ALVES/AG PARA

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), José Conrado, a melhoria na infra-estrutura dos DI é uma reivindicação antiga do empresariado paraense e servirá como atrativo para outras indústrias se instalarem no estado. Segundo Conrado, por mês, cerca de 50 empresários procuravam a federação com a intenção de investir no estado, mas ao conhecerem a realidade dos distritos, acabavam desistindo. “Os empresários tinham o distrito como um problema. Eles desistiam dos investimentos no Pará, pois alegavam que, se instalassem suas empresas aqui, eles teriam um aumento no custo de produção, dado a necessidade de contratação de segurança e de ações de reparo no espaço”, explica Conrado.

Diferente das situações registradas no passado, o presidente da FIEPA vê com otimismo o projeto do governo de revitalizar e implantar os DI. “Encontram-se na Sefa (Secretaria de Estado da Fazenda) 30 projetos de empresas que querem se instalar no estado. Com certeza, este projeto de revitalização dos DI será um importante atrativo para que estas e outras empresas venham para o Pará, aumentando a produtividade, além de gerar novos postos de emprego. Precisamos engatar uma marcha e andar a 120 km/h”, avalia.

O projeto de Reestruturação, Ampliação e Implantação dos Distritos Industriais faz parte do programa de governo que visa garantir a infra-estrutura necessária para a cadeia produtiva. Segundo a governadora Ana Júlia Carepa, este programa consolidará o novo modelo de desenvolvimento. “Estamos realizando uma série de ações e criando as bases para que seja implementado o novo modelo de desenvolvimento”, explica.

Além dos DI, o programa para o fortalecimento da cadeia produtiva garantirá também a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Barcarena e a implantação dos três Parques de Ciência e Tecnologia (em Belém, Marabá e Santarém). ■

• Estrada de ferro em Canaã dos Carajás usada pela Vale para transportar minério: escoamento da produção é um dos gargalos no estado

A REVITALIZAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS, COMBINADA COM A CRIAÇÃO DE UMA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO E DE PARQUES TECNOLÓGICOS, PODE SER DECISIVA PARA ATRAIR NOVOS EMPREENDIMENTOS AO PARÁ. EXISTEM NA SECRETARIA DA FAZENDA 30 PROJETOS DE EMPRESAS QUE QUEREM SE INSTALAR NO ESTADO.

Cada vez maior e mais competitivo

Há dez anos no Pará, Grupo Alubar amplia estrutura e produção de cabos e vergalhões de alumínio. Foco é bater metas de produção e qualificar mão-de-obra para aumentar participação no mercado

Investimentos em tecnologia e recursos humanos garantem a competitividade do Grupo Alubar nos dez anos de operação no Pará. A empresa, que integra o distrito industrial de Barcarena, no nordeste do estado, passa por um processo de expansão nas estruturas administrativa e fabril, que vai gerar o crescimento da produção de cabos e vergalhões de alumínio de 2.000 para 2.800 mil toneladas por mês. Para dar suporte a esse desenvolvimento, equipamentos de ponta e a abertura de novos postos de trabalho marcam a nova fase da Alubar no estado. “Estamos preparando o Grupo Alubar para competir no mercado internacional nos próximos 15 anos”, declara Miguel Arnaudo, diretor industrial do Grupo.

Posicionada entre as quatro maiores fabricantes de cabos do Brasil, a Alubar tem participação importante na cadeia de alumínio no Pará. É a última ponta do ciclo da verticalização do metal, que é iniciado com a extração da bauxita. A empresa recebe o alumínio líquido e o transforma em vergalhões e cabos. O processo produtivo não tem rejeitos. Os resíduos são reaproveitados por meio de técnicas que transformam o material em novos produtos. “A Alubar é praticamente a única empresa do Pará que faz a verticalização do alumínio e esse exemplo é positivo. Esperamos que essa idéia seja implementada por outros segmentos, como aço, para que sejam beneficiados no Pará e agreguem valor ao produto. Assim, geram-se mais empregos”, afirma Ricardo Figueiredo, gerente geral do Grupo Alubar.

De acordo com Ricardo Figueiredo, a parceria com fornecedores, mão-de-obra e instituições locais foi fundamental para a empresa se alinhar à identidade paraense, com competitividade para brigar no mercado nacional. Cerca de 95% dos colaboradores do Grupo são paraenses, que receberam cursos de capacitação para que estivessem alinhados aos padrões de

DIVULGAÇÃO



• A Alubar já está posicionada entre as quatro maiores produtoras de cabos do Brasil



qualidade determinados pela empresa. “No início, trouxemos técnicos que conheciam os equipamentos e os processos, para que passassem esses conhecimentos aos engenheiros e técnicos locais. Alguns desses trabalhadores viajaram para conhecer os processos produtivos de outras fábricas parecidas com a nossa, para ganhar experiência”, comenta Miguel Arnaudo.

A parceria com o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), reforça o compromisso da Alubar em estimular o crescimento profissional da região onde atua. “Quase a totalidade dos nossos fornecedores é local. Os únicos que buscamos fora são aqueles muito específicos”, ressalta Ricardo Figueiredo.

As metas de atingir altos níveis de qualidade e segurança garantiram à empresa a certificação ISO 9001, série de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações. Agora, o Grupo também busca garantir a ISO 14000, que determina diretrizes na área de gestão ambiental. “Para que você possa ter essa certificação, precisa fazer

“Trouxemos técnicos que conheciam os equipamentos, para que passassem esses conhecimentos aos profissionais locais. Alguns desses trabalhadores viajaram para conhecer os processos produtivos de outras fábricas parecidas com a nossa, para ganhar experiência”, comenta Miguel Arnaudo

um investimento forte em treinamento no pessoal de todos os níveis da empresa. Temos uma parceria de troca de conhecimento com o departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Pará”, destaca o gerente.

Para ser competitivo num mercado que exige índice de qualidade cada vez mais alto, o Grupo Alubar estipulou metas de produtividade, que reúnem tecnologia, mão-de-obra qualificada e relacionamentos estratégicos, casos de

parcerias com a Vale, governo do Estado e instituições financeiras. “Enfrentamos uma concorrência muito forte e difícil e, ainda assim, só podemos ter sucesso, porque temos um produto de alta qualidade e trabalhamos com um índice de produtividade muito alto, se não nós não teremos condições de competir com empresas multinacionais”, explica o gerente geral do Grupo Alubar, Ricardo Figueiredo.

Desde o ano passado, a Alubar Cabos desenvolve pesquisas com cabos de alumínio antifurto de energia. Segundo o engenheiro Fernando Garcia, da Alubar Cabos, a ocorrência de desvios pode ser reduzida em torno de 5% a 10% com a implantação dos sistemas blindados. “É uma constante: investir em novos produtos buscando alternativas tecnológicas que possam ajudar na necessidade dos clientes e que representem para a Alubar o lançamento de produtos com maior valor agregado”, conclui Figueiredo. ■



Inovação para voltar ao topo

• *Etapa de envasamento da Cerpa: sabor mais apurado da cerveja é um dos trunfos da empresa*

Com desenvolvimento em pesquisas e lançamento de novos produtos, Cerpa mira reconquista do mercado paraense

Todo mundo já ouviu muitas propagandas da Cerpa. Há algum tempo, o famoso bordão “Orgulho de ser nossa” deu lugar ao “Essa vale ouro”. É a marca de uma nova fase, pontuada pelo lançamento da Cerpa Gold. A Cerpa foi a primeira a produzir cerveja no Pará. Ao longo de quase meio século de história, a empresa, uma das mais conceituadas no estado, chegou a dominar mais de 75% do mercado. Atualmente, a cervejaria vem investindo pesado para voltar a ser a mais pedida.

“Queremos reconquistar o mercado no Pará. A atual diretoria está empenhada em buscar esse objetivo e com ações em diferentes frentes vamos lutar por esse espaço”, aposta Jutta Seibel, sócia e esposa de Konrad Seibel, fundador da empresa no Pará, e atual diretora da Cerpa.

A Cerpa busca atualmente retomar a liderança das vendas, um posto que foi seu por vários anos. A empresa foi pioneira no estado em termos de produção genuinamente paraense. A direção da companhia descobriu esse filão na década de 1960, quando começou a vender cerveja feita dentro do próprio Pará.

Uma das primeiras linhas de ação para voltar ao topo do mercado foi o aprimoramento do sabor das cervejas. A empresa investiu em novas pesquisas com o atual mestre cervejeiro, Félix Parl. “O sabor está mais apurado, mas buscamos manter a suavidade já conhecida da nossa linha”, explica Heinrich Schulte, diretor industrial da empresa.

Para garantir que o consumidor conheça as novidades e perceba a qualidade da cervejaria, as ações de marketing serão fundamentais. Tanto é que o mais novo lançamento da Cerpa causou suspense em toda a cidade. Na propaganda exibida nas emissoras de televisão locais, um barco pirata se aproximava da orla de Belém em busca de um tesouro. O mistério durou pouco mais de duas semanas até o motivo da procura dos piratas ser revelado: era a “Cerpa Gold”.

Com o slogan “Essa vale ouro!”, a Cerpa vem conseguindo voltar aos tempos áureos. Em muitos bares, a clientela já pede “Vê uma ouro!”. A Cerpa Gold tem 600 ml e na opção long neck, 355 ml. “Ainda este ano devemos passar a produzir cervejas e refrigerantes em lata, além de lançarmos ainda mais três produtos no mercado,

como um energético, a soda limonada e a água tônica”, afirma Ibrahim Dahás, diretor de marketing da Cerpa.

A diversificação de produtos é também uma estratégia para a retomada de crescimento da indústria, que já possui refrigerantes nas prateleiras, bem próximas do consumidor. Porém, a empresa pleiteia com o governo do Estado a isonomia fiscal. “Sem esse benefício do governo, a Cerpa não se sustentaria, em virtude do alto grau de competição no mercado e pelos benefícios e força que os concorrentes já possuem. Esse é um fator fundamental para que a empresa tenha condições de recuperar sua posição no mercado e readquirir o indispensável equilíbrio financeiro para sua sobrevivência”, argumenta a diretora da empresa, Jutta Seibel.

Sobre a possível chegada de mais empresas produtoras de cerveja no Pará, Ibrahim Dahás acredita que a concorrência é positiva. “Quando o mercado tem outras empresas disputando o mesmo consumidor, você deve observar em dois pontos a situação: os volumes da empresa, que certamente serão afetados por uma maior competição, por outro lado, para o consumidor é extremamente positivo”, afirma.

Mesmo diante da concorrência, a Cerpa tem um ponto a seu favor: muitos consumidores são fiéis à marca. Um exemplo é o garçom Gabriel Damasceno do Nascimento, 55 anos, que trabalha na Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) há 35 anos. Ele conta que bebe cerveja desde os 25 anos, e só consome Cerpa. “Juro por Deus que só tomo Cerpa. Agora estou tomando a Gold, a Ouro. Ela é mais suave e dá para tomar muito mais”, explica.

Se depender dele e das novas ações que estão em desenvolvimento, a Cerpa vai ser sempre a primeira e única cerveja do Pará. ▶

BEM PERTO DO CONSUMIDOR

Lançada em 2008, a Cerpa Gold é o novo carro-chefe das vendas da Cerpa. As garrafas com 600 ml e a long neck, com 355 ml, viraram mania nos bares e restaurantes. Mas a cerveja não é o único produto em que a empresa aposta para ampliar a sua participação no mercado. Também estão à disposição os refrigerantes (nos sabores cola, uva, guaraná e laranja) e a Cerpa Água, que é comercializada em garrafas de 350 ml. Nos últimos tempos, a diversidade tornou-se um dos trunfos da empresa, que também reforçou o controle de qualidade da matéria-prima.





FOTOS: FABRÍCIO SANTOS

• *Atendentes do Amazon Beer preparam os chopes das amigas Jelúcia, Anne, Rossana e Ana Paula (foto abaixo): bacuri virou diferencial*

SABOR GENUINAMENTE PARAENSE

A Amazon Beer, uma cervejaria badalada da Estação das Docas, instalada às margens da baía do Guajará, conquistou o público com uma alternativa bem caseira: a fabricação do próprio chope. É um sucesso. Tanto que o bar recebeu pela quarta vez consecutiva o prêmio de melhor choperia da cidade, título conferido pelo júri da Revista VEJA Belém. O processo de fabricação do chope inclui a produção de uma bebida com o bacuri, um dos sabores típicos do Pará.

O processo é comandado pelo cervejeiro prático Izair Traversin, que há oito anos e meio trabalha na Amazon Beer. “O cliente pode se deliciar com cinco tipos de chope sem conservantes nem aditivos”, afirma Traversin. A forest é do tipo pilsen tradicional, mais suave e com teor alcoólico de 3,5%. A river, mais encorpada, tem teor alcoólico de 4,5% a 5%. A black é a versão escura, elaborada com maltes torrados e aroma amargo típicos de lúpulo. Duas outras opções são a de bacuri, com a essência da fruta, e a red, com teor alcoólico de 5,5%. “A mais procurada é a forest e no último lugar fica a bacuri, justamente porque ela é uma bebida adocicada. Setenta por cento das pessoas que tomam a Bacuri Beer são turistas, para provar realmente o sabor da fruta”, completa.

Ao longo de mais de oito anos de funcionamento, a cervejaria acompanha um crescimento não só do público, mas da própria produção. Em maio de 2000, quando chegou à capital paraense, a Amazon Beer oferecia apenas



dois tipos de chope: o forest e o river. Na época, foram produzidos 14 mil litros por mês. Em 2001, a empresa lançou o chope black e produziu mais de 16 mil litros por mês. No ano seguinte, foi lançada a Red e a produção saltou para mais de 18 mil litros do chope por mês. Em 2003, a Bacuri Beer começou a ser comercializada. Entre 2004 e 2007 não houve lançamento de novas cervejas, mas a produção foi crescente: de 22 mil litros por mês a 25 mil litros por mês. A expectativa é alcançar a marca dos 28 mil litros por mês até o final de 2008.

As amigas Jelúcia Andréa, Anne Araújo, Rossana Neves, Viviane Renault e Ana Paula Pereira criaram o costume de sair para bares badalados para tomar chope. Uma das paradas obrigatórias é o Amazon Beer. “Sair para tomar um chopinho sempre é uma boa pedida, pois a gente alivia o estresse do dia-a-dia e aproveita para rir muito enquanto colocamos o papo em dia”, afirma Rossana Neves. Vai aí um chopinho?! x

O TRIUNFO DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Além dos tradicionais jornais internos e jornais murais, há até mesmo programas de televisão feitos para os empregados

Investir na comunicação interna tem se tornando uma estratégia cada vez mais comum entre as empresas que buscam um diálogo ágil e transparente com o público interno. Afinal, é por meio da comunicação que as organizações alinham suas metas e os empregados ganham uma visão sistêmica do negócio em que trabalham.

Hoje, além dos tradicionais jornais internos e jornais murais, há veículos como a intranet, revistas, rádios e até mesmo programas de televisão feitos exclusivamente para os empregados. Todo esse trabalho vai muito além de manter os funcionários e colaboradores informados quanto às novidades do empreendimento.

Se bem desenvolvida, a comunicação interna ajuda a combater ruídos na empresa que podem prejudicar o processo produtivo, desde a área administrativa até a operacional. Barreiras internas que envolvem competências de grupos, gerentes que gerenciam em causa própria, negligência de dificuldades operacionais e uso de abordagens tradicionais, como o famoso “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, são exemplos de situações originadas a partir de informações distorcidas (ou mal gerenciadas).

Uma equipe afinada pode refletir diretamente em aspectos econômicos e organizacionais. Hoje, a comunicação interna significa prover as informações que lideranças, gerentes e empregados precisam para tomar decisões nas suas tarefas diárias e, assim, melhorar o desempenho do negócio.

Uma pesquisa nacional realizada em 2007 pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) confirma essa tendência. Das 164 empresas pesquisadas, 80,5% utilizam o jornal mural para se comunicar com seus empregados – o que representa um aumento de 13,4% em relação à pesquisa

realizada em 2005 - e a intranet está presente em 61% das organizações – crescimento de 26,5% em relação à última pesquisa. Ainda de acordo com os dados, 25,6% das empresas declararam investir entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão em ações de comunicação interna.

As grandes empresas instaladas no Pará não ficam de fora dessa tendência nacional. A Alunorte apostou em inovação e lançou há pouco mais de um ano a TV Alunorte (*foto abaixo*), o primeiro veículo de televisão interna voltado totalmente para os empregados de uma indústria no Pará. A TV vai ao ar com um conjunto de programas que retratam o dia-a-dia da refinaria, que é a maior produtora de alumina do mundo. A audiência é de cerca de 2 mil empregados, entre diretos e contratados. A programação do jornal, que tem a duração de 10 minutos, conta com quadros que tratam assuntos diversos, como o “Eu sou o repórter”, que traz o empregado como repórter por um dia.

Além da TV Alunorte, a refinaria de alumina instalada em Barcarena publica, desde 1996, o jornal Alunews, que ganhou, inclusive, uma versão semanal. A comunicação eletrônica também é muito usada, com o boletim diário Divulgação Interna Alunorte (DIA) e com o Dia de Sol, que toda sexta-feira traz a programação cultural de Belém e Barcarena para os empregados.

Na Imerys RCC, empresa com unidades instaladas em Barcarena e Ipixuna e uma das maiores produtoras de caulim do Brasil, a comunicação interna é um fator humanizador das relações de trabalho e um instrumento fundamental para consolidar a identidade da organização junto aos seus públicos. Além de campanhas feitas constantemente, aproveitando sempre datas importantes

do calendário da empresa e conquistas junto aos colaboradores, a Imerys conta com o informativo mensal FOCO, considerado o principal veículo de comunicação da empresa. Junto com o FOCO, lançado em 2002, murais, minidoors e sistema de comunicados internos completam os veículos de comunicação interna da empresa. “Sem dúvida, essas ferramentas ajudam a propiciar um ambiente de trabalho mais transparente, o que é fundamental dentro de uma organização”, diz Tathy Fleury, analista de comunicação da Imerys RCC. ■



Matéria de capa

PROPOSTAS PARA O CRESCIMENTO SUS



• *Funcionárias da Siderúrgica Ibérica, em Dom Eliseu, preparam as mudas para o plantio*

TENTÁVEL



WASHINGTON OLIVEIRA

Produzir com consciência ambiental é uma atitude cada vez mais adotada pelas indústrias. E é, sobretudo, um capítulo do novo modelo de desenvolvimento proposto pelas empresas do Pará. O estímulo ao reflorestamento é um dos lemas da Agenda Ambiental, lançada este ano pela FIEPA. Ela reúne ações e compromissos que podem impulsionar o desenvolvimento do estado sem comprometer o meio ambiente. Colocá-las em prática é um desafio não apenas para o setor produtivo, mas para a sociedade e para o governo.

O gerente comercial de uma empresa de beneficiamento de frutas instalada em Bragança busca um destino para os caroços de açaí que restam no processo de produção de sucos. Distante cerca de 400 km dali, em Jacundá, um empresário do setor madeireiro procura um local para depositar os seus montes de pó de serra. Eles fazem um rápido contato pela Internet e, em questão de minutos, conseguem comercializar entre si estes resíduos industriais.

Agora, o açaí que ficaria abandonado num depósito em Bragança serve para abastecer uma máquina produtora de pó de carvão, matéria-prima do carvão vegetal tão utilizado pelas siderúrgicas. Já o pó de serra que formaria uma montanha nos fundos da serraria em Jacundá tem um destino bem mais funcional: ele é processado em uma caldeira e gera energia para as máquinas que beneficiam frutas. O que antes era lixo virou matéria-prima rentável e que diminui o passivo ambiental.

Os resíduos de uma indústria em Bragança podem ser úteis para uma empresa em Jacundá e ►



• **Carlos Minc, Ana Júlia e José Conrado: união para enfrentar desafios**

vice-versa? Sim. Pode até parecer utopia, mas o surgimento desta nova cadeia produtiva está em curso no Pará. Negociar a biomassa resultante das atividades industriais é o lema da Bolsa de Resíduos, um projeto criado pelo Conselho Temático de Meio Ambiente (CTMA) e pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA). A Bolsa é apenas uma das propostas que integram a Agenda Ambiental da Indústria do Pará, um conjunto de prioridades, propostas e ações que serão desenvolvidas nos próximos dois anos pelo setor empresarial.

A Agenda Ambiental trata de temas centrais para o desenvolvimento da indústria de forma sustentável. O gerenciamento de recursos hídricos, a utilização racional da biodiversidade, o destreamento da reserva legal, o estímulo à produção florestal e as mudanças climáticas são o cerne desta estrutura. O Pará tem um pacote que combate as práticas predatórias dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, estimula o avanço da indústria.

“Esta agenda é o mapa para trilharmos o crescimento equilibrado. Não temos dúvida de que, se tivermos êxito em implementá-la, conseguiremos demonstrar ao Brasil e ao mundo que temos conhecimento e sabedoria suficientes para desenvolver a Amazônia”, disse José Conrado, presidente da FIEPA, durante a cerimônia de lançamento da Agenda, no último mês de julho.

O evento teve a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. O encontro firmou o compromisso de destravar a pauta ambiental, criando maior celeridade e maior rigor no processo de liberação das licenças ambientais. “Não há como enfrentar os desafios ambientais da Amazônia sem a união de todas as classes: política, empresarial e social”, reforçou José Conrado.

A Agenda Ambiental reúne cerca de 50 propostas e compromissos da indústria paraense com o meio ambiente. Uma das ações destacadas pelo CTMA-FIEPA é a criação da Bolsa de Resíduos, que foca a gestão das “sobras” do processo produtivo. A proposta é criar um cadastro de empresas interessadas na compra e venda de resíduos para suprir necessidades no processo de produção. A negociação ocorrerá possivelmente via internet.

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

O Pará tem 70% do seu território coberto por florestas, o que dá ao estado uma forte vocação florestal. No entanto, nunca houve políticas públicas que priorizassem a área de forma adequada. Uma das temáticas adotadas pela Agenda Ambiental se refere à gestão de florestas públicas, à manutenção de áreas de proteção e conservação, à produção florestal e ao ordenamento das reservas de preservação permanente.

Cenário atual: O Pará possui 41 milhões de hectares de áreas protegidas, distribuídas entre unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Não há uma política de gestão que possibilite a utilização dessas áreas de forma sustentável.

Propostas: Implementar o plano de manejo das unidades de conservação, viabilizando atividades sustentáveis. É fundamental diminuir a burocracia do licenciamento ambiental - mas sem descuidar do controle ambiental -, incentivar a certificação florestal e modernizar o setor produtivo florestal.





• **Deryck Martins:** “Resíduos de biomassa florestal podem gerar energia”

O projeto inova por possibilitar um intercâmbio entre as empresas do Pará, pela redução dos custos da produção e, principalmente, por minimizar os impactos causados ao meio ambiente. A reutilização de resíduos integra um novo modelo que vem sendo introduzido nas indústrias paraenses: a Produção Mais Limpa. Os resultados que comprovam o bom rendimento do projeto já começaram a aparecer.

Empresas ligadas ao setor de frutas, que aderiram ao novo modelo, conseguiram reduzir em 90% a utilização de lenha no processo de concentração da polpa de frutas. Em vez da madeira, as indústrias estão utilizando o caroço do açaí e o óleo da casca da laranja como duas novas alternativas de fonte de energia limpa.

“Utilizávamos a madeira nas termelétricas para o processo de concentração, no qual é extraída toda a água da polpa das frutas. Depois de um estudo sobre novas fontes de energia, resolvemos introduzir, ao invés das lenhas, o caroço de açaí e o óleo da casca da laranja. Além de reduzir os impactos, conseguimos economizar em quase 100% os custos no processo de concentração”, explica Solange Mota, diretora da empresa Sucasa - Sucos da Amazônia e presidente do Sindicato da Indústria de Frutas e Derivados do Estado do Pará (Sindifrutas).

A utilização de material orgânico que antes seria despejado no meio ambiente agora pode virar energia em potencial para indústria. “Muitas empresas já estão usando o caroço do açaí, que possui apenas 5% de polpa aproveitável. É importante ressaltar que o processo de geração de energia pode ser feito a partir de qualquer biomassa, podendo se estender para outras áreas produtivas, como a panificação e indústrias florestais”, explica o engenheiro florestal Deryck Martins, secretário executivo do CTMA-FIEPA.

Com a utilização do caroço de açaí em suas termelétricas, as indústrias também colaboram para a redução de poluentes que são despejados na atmosfera. Caso esse caroço se deteriorasse pelo processo natural, liberaria gás metano, elemento que pode causar danos não só ao meio ambiente, mas à saúde humana. O gás é sete vezes mais poluente que o dióxido de carbono, prove-

QUALIDADE AMBIENTAL

Criar novas formas de reaproveitar os resíduos industriais, permitindo um intercâmbio entre os setores produtivos e a redução dos custos do processo industrial, é o foco da proposta da Agenda Ambiental. Com essa iniciativa é possível diminuir o passivo ambiental e estimular o surgimento de novas atividades econômicas.

Cenário atual: Não há uma ferramenta que dissemine e compartilhe a importância do tratamento de resíduos com a utilização do princípio dos 3R (Reuso – Reciclagem – Redução). Existe uma lacuna na divulgação dos verdadeiros impactos dos empreendimentos na natureza.

Propostas: Implantação da Bolsa de Resíduos Industriais, um espaço de negociação entre as empresas para compra e venda da biomassa resultante de suas bases produtivas. Busca-se também a realização de estudos para a criação de usinas hidrelétricas e maior esclarecimento para a opinião pública sobre como utilizar as fontes de energia de maneira racional.



• **Planejamento de um manejo florestal em Paragominas: novos métodos**

niente da queima de combustíveis fósseis. “Sem dúvida, a melhor opção para a preservação ambiental, nesse contexto, é a queima da biomassa, pois dessa forma estaremos reduzindo a quantidade de resíduos gerados nos processos produtivos, diminuindo o passivo ambiental e criando alternativas mais limpas e, conseqüentemente, mais sustentáveis”, completa Deryck.

PACOTE DE COMPROMISSOS – A apresentação da Agenda Ambiental marcou também o lançamento do Prêmio FIEPA de Responsabilidade Socioambiental e da assinatura do Pacto pela Madeira Legal, que selou um importante compromisso entre os governos federal e estadual, FIEPA, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) e os Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA). Pelo pacto, as indústrias madeireiras ligadas à Aimex se comprometem a não adquirir produtos florestais sem a documentação legal - a Guia Florestal (GF) e o Documento de Origem Florestal (DOF).

“Daremos agilidade ao processo de legalização do produto florestal, mas também agiremos com maior rigor. A melhor maneira de acabar com a madeira ilegal é produzir madeira legal”, afirmou o ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc.

Para a produção de “madeira legal”, o pacto estabelece como meta do Ministério do Meio Ambiente a licitação de 4 milhões de hectares de concessões florestais em florestas públicas federais até o final de 2009. A medida visa viabilizar e fortalecer a produção florestal sustentável na Amazônia. Já o governo do Pará se comprometeu a garantir eficiência, transparência e agilidade no licenciamento ambiental, especialmente nos projetos de manejo florestal e reflorestamento, criando, no prazo de 60 dias, câmaras técnicas que, de forma participativa, estabeleçam procedimentos para simplificação dos instrumentos de gestão ambiental.

Para o monitoramento das ações, o documento prevê a adesão de entidades não-governamentais e instituições de pesquisa. A primeira a aderir ao Pacto pela Madeira Legal foi o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). “O Pacto

RECURSOS HÍDRICOS E PESCA

Garantir a integridade dos recursos hídricos e criar estratégias que auxiliem a expansão industrial com o uso (ou reuso) da água também são metas estipuladas pela Agenda Ambiental. Atualmente, é precária a disponibilidade de dados sobre a utilização da água, fato imprescindível para evitar o desperdício e criar a reutilização do líquido ao longo do processo produtivo.

Cenário atual: Faltam dados sobre uso da água pelo setor industrial, o que dificulta a definição de planos futuros para o setor, assim como não há amostragens matemáticas da produção pesqueira que sai do Pará.

Propostas: Apoiar a construção e implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, promover práticas que estimulem o consumo racional da água e exigir a mesma postura dos navios que aportam no Pará. É fundamental estruturar a Superintendência da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Pará.



• **Funcionários plantam mudas ao lado da siderúrgica da Cosipar, em Marabá**

reforça que existe uma alternativa economicamente viável para a Amazônia, por isso fizemos questão de sermos os primeiros a aderir”, justificou o secretário executivo do Imazon, Carlos Souza Júnior.

NOVA ERA - Para o presidente da Aimex, Manoel Dias, a assinatura do Pacto pela Madeira Legal é o ponto de partida para uma nova era da Amazônia, caracterizada por ele como “a era da economia florestal”. “Com muita preocupação, verificamos que o setor atravessa uma grande crise. Pela primeira vez em muitos anos, nossa balança comercial mostrou que o setor florestal teve queda superior a 28% do volume exportado nas exportações do primeiro semestre”, falou.

Antes de assinar o Pacto pela Madeira Legal, Carlos Minc assinou um Termo de Compromisso com os produtores de soja e com a Vale, garantindo que a empresa não fornecerá minério para produtores de ferro gusa que utilizem matéria-prima sem a comprovação de legalidade. Ainda de acordo com o ministro, serão firmados pactos com o setor frigorífico, para regulamentar a compra e venda de gado, e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O ministro anunciou também outra ação de crescimento e fortalecimento da produção sustentável, o Fundo Amazônia. “A previsão é que já no primeiro ano tenhamos um orçamento de US\$ 900 milhões. Esse dinheiro terá como fonte de captação o capital estrangeiro. O recurso será empregado na gestão das florestas públicas e áreas protegidas, no manejo florestal sustentável, na conclusão do Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia, no ordenamento da regularização fundiária e na conservação das áreas desmatadas.” Já o programa “Destrava Ibama” deverá reduzir de 28 para 12 a 13 meses o prazo para que todo o processo de licenciamento ambiental seja concluído.

Hoje, há no Pará empreendimentos que estão há mais de 3 anos à espera de licenças ambientais para produzir e gerar empregos e renda. “Temos que alcançar o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, finaliza Deryck Martins. ■

AGENDA TRANSVERSAL

O último tópico da Agenda Ambiental trata de diversos assuntos, dentre eles o licenciamento ambiental e a questão da regularização fundiária, que ainda são entraves na evolução industrial no estado. Envolver o setor industrial na discussão permite que o ordenamento territorial tenha um melhor rendimento.

Cenário atual: Todo o setor industrial paraense enfrenta dificuldades para obter licenças ambientais e poder produzir. A urgência pelo desenvolvimento sustentável contrasta com a legislação inadequada para a região e com a burocracia e lentidão dos órgãos ambientais.

Propostas: Colocar a tecnologia a serviço do trabalho dos órgãos reguladores é uma das sugestões da indústria. Além disso, é necessário acelerar os processos de regularização fundiária e garantir o direito de propriedade, protegendo as áreas produtivas das invasões da terra ou do roubo de madeira.





• Estudantes da escola Arco Íris, de Benevides, assistem apresentação do “Teatro na Floresta”, no Laboratório da Aimex: educação interativa

Bom exemplo que vem da floresta

Crianças e adolescentes do Pará aprendem a importância de se cuidar do meio ambiente e como é possível utilizar os recursos naturais de forma consciente

As ações sociais do setor florestal no Pará mostram o compromisso das empresas com a qualidade de vida das populações e com as futuras gerações. Os exemplos são muitos. Vão desde a utilização racional do meio ambiente até o aproveitamento e qualificação da mão-de-obra local. Mas há de se destacar uma dessas ações, relacionada à educação ambiental. A indústria florestal investe cada vez mais no conhecimento.

Na Cikel, uma das maiores empresas de industrialização e comércio de madeiras e produtos florestais do Brasil, as ações de educação ambiental começaram em setembro do ano passado e já atenderam cerca de 500 estudantes dos municípios de Goianésia do Pará, Portel e Ananindeua.

A estratégia é simples, mas eficiente. Grupos de alunos visitam as unidades da Cikel na fazenda Rio Capim, na cidade de Paragominas; distrito de Vila ABC, em Portel, e no bairro 40 Horas, em Ananindeua. A equipe da Cikel exibe vídeos institucionais e oferece palestras sobre o processo de exploração e beneficiamento da madeira extraída da floresta amazônica. “Nosso objetivo é divulgar as práticas de manejo florestal adotadas pela empresa e mostrar que é possível, sim, explorar os recursos naturais sem destruir a mata”, explica Karen Anjos, da área de Responsabilidade Social da empresa.

Nas unidades da Cikel em Portel e Paragominas, as atividades também acontecem na floresta, onde a empresa extrai a madeira. “Eles conhecem

de perto cada etapa do processo de manejo”, diz Karen. Apesar de a unidade da fazenda Rio Capim estar no município de Paragominas, os alunos atendidos pelo programa de educação ambiental são os de Goianésia do Pará. A explicação é simples. A sede de Paragominas fica a quase 300 km da unidade da Cikel, enquanto que a de Goianésia está a 40 km.

Já em Ananindeua, os visitantes também são orientados a refletir sobre a importância da sustentabilidade da floresta. Dois grupos de alunos da 4ª e 8ª séries da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Raimunda Pinto” já conheceram as instalações da Cikel. “A atividade estimula a consciência ambiental das crianças e dos adolescentes”, diz a diretora da escola, Andréia Pereira de Souza.



- Projeto social coloca crianças de 5 a 12 anos em contato com a natureza e as estimula a conhecer práticas ambientalmente corretas

Lendas e mitos a serviço do meio ambiente

Despertar a consciência ambiental de crianças entre 5 e 12 anos dos municípios de Benevides, Santa Izabel e Santa Bárbara é o objetivo do projeto social “Teatro na Floresta”, desenvolvido pela organização não-governamental Instituto Amigos da Floresta Amazônica (Asflora), com apoio da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (Aimex). O projeto busca mostrar aos estudantes do ensino fundamental que “as árvores são um bem de consumo humano, mas que se deve fazer o uso sustentável da floresta e que é preciso também se preservar os animais que vivem na mata”, diz o engenheiro agrônomo Eder Ramos, presidente do Asflora e coordenador do Laboratório de Sementes e Mudas da Aimex, na cidade de Benevides, a 36 km de Belém.

“O que promovemos é a educação ambiental de forma interativa”, explica Eder. A interatividade é incentivada através de encenações no meio da mata que circunda o laboratório. As crianças conhecem as instalações, onde descobrem a importância do papel desempenhado pela Aimex na conservação do meio ambiente, e, em seguida, percorrem

uma trilha aberta na mata. Para sua surpresa, surgem, entre as árvores, os personagens míticos e lendários da floresta amazônica, como o curupira. Através deles, aprendem que é dever de todos preservar o meio ambiente. Os atores que fazem as encenações são estudantes de nível técnico do setor florestal de diversos municípios e atuam como voluntários.

Criado em 2004, o “Teatro na Floresta” é apoiado pela Aimex e foi patrocinado, até o ano passado, por uma rede de supermercados do Japão. Agora, o projeto busca um novo patrocinador. Mesmo assim, as atividades não foram suspensas. “O ritmo é mantido”, frisa Eder. Ele informa que as quase 4 mil crianças atendidas pelo projeto são inscritas através das escolas onde estão matriculadas. A seleção dos estabelecimentos de ensino é feita a cada ano pela equipe da Asflora. Os resultados são animadores. Segundo ele, o projeto muda – para melhor – o comportamento dos alunos. “As professoras dizem que os estudantes passam a zelar mais pelas instalações da própria escola e se interessam mais pelos problemas do meio ambiente”, comemora Eder. ■

Personagens míticos da literatura amazônica, como o curupira, falam sobre o reflorestamento e manejo florestal durante as encenações no Laboratório da Aimex. Educação ambiental melhora comportamento de alunos e amplia conhecimentos

CENTRO BENEFICIA CRIANÇAS DE DISTRITO INDUSTRIAL EM ICOARACI

Outro exemplo de responsabilidade social do setor florestal é o Centro de Desenvolvimento Infantil “Mundo da Imaginação”, construído no bairro do Maracacuera, no Distrito Industrial de Icoaraci, em Belém, para atender crianças entre 2 e 5 anos que vivem nas comunidades no entorno das instalações da Tramontina. O “Mundo da Imaginação” representa um investimento de R\$ 120 mil, sendo que 72% desses recursos vieram das empresas do Grupo Tramontina, 18% da Ebata Produtos Florestais Ltda., 4% da GC Madeiras Ltda. e 6% de outras empresas.

Com quatro salas de aula, banheiros infantis, “escovódromo”, chuveiros, refeitório, cozinha, secretaria, biblioteca, despensa e áreas de recreação, o “Mundo da Imaginação” é gerido com a participação da Associação de Moradores da Morada de Deus I e II. “Mas a manutenção da estrutura física é de responsabilidade da empresa”, diz o diretor da Tramontina, Antonio Pagliari. O atendimento do Centro é diferenciado. As crianças que têm entre 2 e 3 anos passam a manhã e a tarde dentro da unidade. Já as que têm entre 4 e 5 permanecem apenas um turno. Com isso, espera-se atender até 200 meninos e meninas.

O processo de seleção é feito pela própria associação de moradores, sob a orientação do Conselho Tutelar e da Fundação Papa João XXIII (Funpapa). Parte da equipe que trabalha no Centro é contratada pela associação, enquanto outros são voluntários.



• Vanessa Anjos, do IEL-PA, incentiva os estudantes a procurar experiências em empresas: "Estágio dá maturidade aos jovens"

Um prêmio aos futuros profissionais

IEL avalia melhores iniciativas ligadas ao estágio supervisionado. Premiação é reconhecimento a quem mostra postura pró-ativa e empreendedora

O estágio é um momento único e fundamental para a formação do profissional. É considerado um processo de aprendizagem indispensável para quem deseja se preparar para enfrentar os desafios de conquistar uma vaga no mercado de trabalho. A busca por essa primeira experiência, que pode significar o ingresso na carreira profissional, está aumentando cada vez mais no estado. Dados do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) no Pará revelam que, só no primeiro semestre de 2008, 1.337 jovens procuraram o instituto para o cadastro de estágio, o que representa um aumento de 19% em relação ao mesmo período do

ano passado, quando 1.115 jovens procuraram o IEL.

O número de vagas de estágio também vem crescendo no Pará. Só nos primeiros seis meses deste ano, o IEL encaminhou 304 jovens para a primeira experiência profissional, 10% a mais em relação a 2007, quando foram encaminhadas 276 pessoas ao estágio. "As vagas mais procuradas pelos estudantes são para as áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis e cursos técnicos. Porém, ainda sobram vagas para outros cursos, como Educação Física, Engenharia Civil e Biblioteconomia", afirma Vanessa Anjos, coordenadora de estágio do IEL-PA.

Pensando em destacar as habilidades desenvolvidas pelos estagiários e descobrir verdadeiros talentos, o Instituto Euvaldo Lodi do Pará, ligado ao Sistema Federação das Indústrias do Pará, vai reconhecer as melhores práticas de estágio com o Prêmio Paraense IEL de Estágio.

O intuito é divulgar iniciativas inovadoras voltadas ao estágio entre as empresas conveniadas ao Instituto. "O Prêmio é para empresas, estagiários, instituições de ensino superior e de educação profissional de nível técnico que estejam criando novos projetos ou propostas inovadoras na área de estágio. É um reconhecimento não só para as



FOTOS: MARCELO LEIS

empresas que colaboram com essa mão-de-obra que chega ao mercado, mas, principalmente, com o próprio estagiário, que terá uma motivação a mais para desenvolver seu potencial e mostrar seu talento para exercer com responsabilidade a profissão escolhida”, explica Gualter Leitão, diretor regional do IEL-PA.

O Prêmio IEL de Estágio está dividido nas fases estadual e nacional. A fase estadual já está em andamento. Os projetos estão sendo avaliados por uma comissão julgadora especializada, que analisa os critérios de funcionamento, planejamento e execução. Os projetos vencedores serão conhecidos no dia 13 de outubro. Após análise e classificação dos candidatos na fase estadual, os ganhadores serão premiados e ainda terão direito a participar da etapa nacional. Os vencedores da etapa estadual precisam ter seus contratos de estágio agenciado pelo IEL Regional.

A fase nacional será realizada de 17 de outubro a 19 de novembro, data da premiação dos vencedores. Os ganhadores serão conhecidos em cerimônia marcada para João Pessoa (PB), na sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. A premiação para as empresas será feita de acordo com classificação

“É comum memorizarmos o que realizamos com mais facilidade durante o estágio, porque conseguimos exercitar a teoria no estágio. É uma forma de complemento mútuo”

Hugo Tanimoto, estudante de administração.

do porte (micro, pequena, médio, grande porte e públicas).

“Vencidas as dificuldades, as etapas de seleção e tendo as condições de estagiar, deve-se abraçar a oportunidade, pois a experiência é única. E lembre-se do velho ditado popular: ‘A primeira impressão é a que fica’”, orienta Vanessa Anjos.

“Esta é uma oportunidade que o estudante universitário ou de ensino médio terá para mostrar seu projeto, ser reconhecido pelo IEL-Regional e IEL-Nacional, e, acima de tudo, ser premiado e visto com bons olhos pelas instituições de ensino, por estudantes e pelas próprias empresas”, ressalta José Conrado Santos, presidente da Federação das Indústrias do Pará (FIEPA). “Além de ser uma alternativa para o acadêmico adquirir experiências em seu currículo”, completa. ▶

A IMPORTÂNCIA DE ESTAGIAR

Os estudos pedagógicos comprovam que o aprendizado é mais eficaz quando adquirido por meio da experiência, ou seja, com a rotina o cérebro assimila as atividades quando associadas à prática, tornando mais fácil o desenvolvimento do conhecimento.

“É comum memorizarmos o que realizamos com mais facilidade durante o estágio, porque conseguimos exercitar a teoria no estágio. É uma forma de complemento mútuo”, afirma Hugo Tanimoto, estudante de Administração. “O estágio é primordial para o primeiro contato com os colegas de profissão. Para iniciar, é sempre bom lembrar da experiência adquirida, e não apenas na bolsa-auxílio ofertada pela empresa”, completa.

Quem já passou pela experiência do estágio aponta vantagens. “Muitos jovens que foram encaminhados pelo IEL para o primeiro estágio explicam que não só confirmaram sua escolha profissional como também conseguiram identificar as dificuldades e deficiências da área. Isso ajuda a ter maturidade para ver que no mundo profissional nem tudo são flores”, afirma Vanessa Anjos, do IEL-PA.



• Após mestrado em Campinas, a arquiteta Daniele Abreu hoje investe numa especialização

De estagiária a efetiva

Um exemplo de quem passou pelo estágio e conseguiu efetivação é a arquiteta da Gerência de Infraestrutura da Companhia Docas do Pará (CDP), Daniele Abreu. Ela estagiou durante um ano na área do porto e foi efetivada em julho de 2006. “Durante o período do estágio, consegui me identificar muito mais com o curso de Arquitetura e colocar meus conhecimentos em prática”, conta. A efetivação na CDP não foi uma tarefa fácil. Daniele precisava ser aprovada no concurso que oferecia apenas uma vaga para Arquitetura e concorrer com aproximadamente 100 candidatos. “Fui aprovada em dois concursos e escolhi a CDP pelo conhecimento que havia adquirido durante o estágio, que foi fundamental para o desenvolvimento da minha carreira.”

Formada há dez anos, Daniele nunca parou de investir na profissão: fez mestrado em Urbanismo, na PUC-Campinas, e hoje se especializa em Iluminação e Design. “Tive que superar muitos desafios do estágio até o emprego e sei da importância de possuir novos conhecimentos e, principalmente,

não parar de estudar”, fala.

A CDP oferece estágios nas mais diversas áreas de atuação, desde a área portuária à administrativa. “Hoje, estamos com 62 estagiários atuando em todas as áreas da CDP e as vagas para Direito e Engenharia são as mais concorridas”, afirma Valdivino Araújo, assistente administrativo.

Outra empresa que oferece vagas de estágio é a BA Meio Ambiente LTDA, conveniada ao IEL-PA. “Nós sempre damos oportunidades para os estudantes, pois eles estão iniciando na carreira profissional e têm muita vontade de aprender”, explica o técnico em segurança do trabalho Ricardo Ferro.

Com a concorrência no mercado de trabalho, as empresas procuram pessoas criativas e inovadoras que possam fazer o diferencial competitivo entre os candidatos. “Com o crescimento da empresa BA Meio Ambiente LTDA, é real a escassez da mão-de-obra qualificada, e vemos nesses novos profissionais a qualificação de que precisávamos”, conclui Ricardo. ■

10 DICAS PARA SER UM BOM ESTAGIÁRIO

Veja o que dizem alguns especialistas ouvidos pela PARÁ INDUSTRIAL sobre os segredos dos bons estagiários.

- 1 - Ao procurar um estágio, precisa-se ter em mente que o importante será a experiência adquirida, e não os benefícios salariais
- 2 - Seja sempre pontual
- 3 - Anuncie sua presença com 15 minutos de antecedência do horário combinado
- 4 - Mantenha o celular desligado e cuide bem da sua apresentação pessoal
- 5 - É importante conhecer a empresa, visitando o site, por exemplo, ou através de jornais e revistas
- 6 - Seja simpático e educado no momento da entrevista, cumprimente o entrevistador e memorize o nome do mesmo
- 7 - Demonstre confiança e fale com clareza, naturalidade e espontaneidade, evitando gírias e vícios de linguagem
- 8 - Evite fumar antes da entrevista e cuide de sua saúde, pois não é adequado faltar por problemas de saúde na primeira entrevista de estágio
- 9 - Para as mulheres, é bom lembrar para não abusar da maquiagem e de roupas decotadas ou sensuais. Seja o mais discreta possível
- 10 - Leve seu currículo impresso, atualizado e escrito corretamente.

• SERVIÇO

As inscrições para o Prêmio Paraense IEL de Estágio 2008 são gratuitas e podem ser feitas através do site www.fiepa.org.br/iel. Mais informações na sede IEL-PA, localizada na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA (Travessa Quintino Bocaiúva, 1588 1º Andar, bloco – A), ou pelos telefones (91) 4009-4717 / 4009-4711 / 4009-4726 / 4009-4713 ou ainda pelos e-mails vanessa@iel-pa.org.br e convenio.iel@fiepa.org.br, sob o título “Prêmio IEL 2008”.

Paulo Camillo

Paulo Camillo Vargas Penna é presidente do Instituto Brasileiro de Mineração



ENTRAVES À MINERAÇÃO E A AMEAÇA AO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, o Brasil vem assistindo ao desenvolvimento em escala crescente da indústria da mineração em vários dos seus segmentos. Minerais ferrosos e não-ferrosos ocupam o centro dessa atividade, que já emprega direta e indiretamente milhões de trabalhadores, responde por mais de 5% do PIB e por cerca de 50,5% do saldo da balança comercial brasileira de 2007 - considerando a indústria da mineração e transformação mineral e excluídos petróleo e gás.

Processos tecnológicos modernos são cada vez mais utilizados tanto na prospecção quanto na exploração dos minérios, o que resulta numa curva ascendente de produtividade que beneficia as empresas e o país, além de contribuir para a progressiva redução dos impactos ambientais.

As perspectivas são extremamente positivas. Espera-se que a mineração continue a melhorar seus indicadores e, conseqüentemente, suas importantes contribuições ao desenvolvimento do país, já que, apesar da crise nos mercados financeiros, há contratos de longo prazo para fornecimento de minérios a outros países - como China, Alemanha, Índia, entre tantas outras nações.

Apesar disso, a mineração vislumbra um sombrio horizonte de graves ameaças internas, reunidas em um conjunto de projetos de lei que pregam a elevação da carga tributária do setor. O que esses projetos pretendem, em suma, é elevar os percentuais e a base de cálculo da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Ou seja, por meio de um expediente de gritante miopia fiscal, argumenta-se, sem qualquer estudo ou análise técnica que embase tais propostas legislativas, que os preços internacionais de muitos minérios, ocasionalmente elevados, compensariam as pesadas perdas da indústria da mineração com esse agravamento da carga tributária.

Para se ter uma idéia da verdadeira insanidade de tal postura, basta citar a conclusão de um recente estudo técnico produzido pela Ernst & Young. A consultoria internacional comparou a carga tributária brasileira com a de 20 países que concorrem com o Brasil na produção e venda de 12 minérios (zinco, cobre, níquel, ferro, ouro,

potássio, caulim, fosfato, manganês, bauxita, rochas ornamentais (mármore e granitos) e carvão mineral. O trabalho demonstra claramente que o Brasil cobra as maiores cargas entre os 21 países comparados.

Convém anotar que o estudo da consultoria avaliou apenas PIS, Cofins, ICMS, IR e royalties cobrados e não outras situações que, no Brasil, encarecem ainda mais a atividade empresarial, como a proibição de se utilizar créditos acumulados de ICMS, bem como de transferi-los a terceiros, além da excessiva burocracia, dos elevados custos trabalhistas, etc.

Por meio de um expediente de gritante miopia fiscal, argumenta-se que o reajuste dos preços internacionais dos minérios compensaria as pesadas perdas da indústria da mineração

A EXPOSIBRAM 2008 e o I Congresso de Mineração da Amazônia, que o Ibram promoverá em novembro, em Belém, com apoio da FIEPA, têm a preocupação de quebrar resistências à atividade minerária, revelando como o setor tem atraído investimentos e funcionado como um motor do desenvolvimento local na região Norte, sempre de modo sustentável.

As empresas que operam na mineração mobilizam pesados investimentos na execução de seus projetos em praticamente todo o território nacional, sendo boa parte destinada à região Norte. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) elabora projeções a cada seis meses sobre o volume total a ser investido no Brasil pela atividade minerária até 2011. Desde o início de 2007, o valor projetado saltou de US\$ 25 bilhões para expressivos US\$ 48 bilhões em dezembro passado, sendo US\$ 23 bilhões somente na Amazônia Legal. E já há sinais de que este total vai crescer ainda mais.

Esta é, afinal, a filosofia de trabalho da moderna indústria de mineração, que coleciona exemplos práticos por todo o Brasil. Um setor que não destrói o meio ambiente - pelo contrário, é uma das atividades que mais resultados positivos apresenta durante e após sua atuação. Só não enxerga quem não quer compreender o óbvio. ■

Capacitação profissional na porta de casa

FOTOS: MARCELO LEIUS



• Gerson Peres ao lado de alunas do curso de costura, dentro do caminhão-baú do SENAI: preparação para o mercado de trabalho

SENAI-PA transforma caminhões-baú, contêineres e furgões em “escolas móveis” e percorre o estado oferecendo qualificação de mão-de-obra. Meta é atender os 143 municípios

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Sistema FIEPA, está com os pés na estrada. Cinco unidades móveis montadas especialmente em caminhões-baú, contêineres e furgões estão percorrendo o Pará e oferecendo cursos nas áreas de confecção, informática, mecânica (de motocicleta, manutenção e motores), panificação, eletricidade, solda e oficina de bicicleta. É a capacitação profissional itinerante à disposição de todo o estado. A expectativa da direção do SENAI é atender mais de 1.500 pessoas até o final desse ano.

“O melhor de tudo é que as comu-

nidades mais distantes do Pará vão ter acesso aos cursos rápidos e de qualidade ofertados pelo SENAI sem precisar se deslocar dos seus municípios de origem, principalmente as regiões carentes de instituições de ensino profissionalizante”, explica Dário Lemos, diretor de gestão do SENAI-PA.

O SENAI investiu mais de R\$ 500 mil para equipar todas as unidades, chamadas de autotransportáveis, que podem chegar a qualquer um dos 143 municípios paraenses. Até o momento, Belém, Vigia, Altamira e Santarém já receberam os cursos das unidades móveis. Além de oferecer a estrutura

“As comunidades mais distantes vão ter acesso aos cursos rápidos e de qualidade ofertados pelo SENAI sem precisar se deslocar dos seus municípios de origem”

Dário Lemos, diretor de gestão do SENAI-PA.



ILUSTRAÇÃO: CAUZZANS SOUZA



Educação Itinerante

Belém, Vigia, Altamira e Santarém já receberam as unidades móveis do Serviço Nacional das Indústrias (SENAI-PA), que oferecem cursos profissionalizantes de confecção, mecânica de motocicleta, panificação e oficina de bicicleta. As empresas ou instituições interessadas em receber uma unidade móvel (foto ao lado) dentro de suas instalações ou em sua cidade podem procurar o SENAI, que fica na sede da FIEPA, no centro da capital paraense (Travessa Quintino Bocaiúva, 1588, 8º andar).



das unidades, são ministrados cursos dentro do pátio das indústrias ou em qualquer espaço público. Para se ter uma idéia da dimensão das “escolas móveis”, só a unidade de confecção tem 34 metros quadrados com ar refrigerado, 15 máquinas de costura e espaço para 15 alunos, nos três turnos: manhã, tarde e noite.

“Nossa missão é qualificar a mão-de-obra. Com as unidades móveis estamos proporcionando oportunidades de aprendizagem nas regiões de difícil acesso, onde o custo para implantar uma unidade fixa é muito alto. Então, suprimos essa demanda com a unidade móvel”, enfatiza Gerson Peres, diretor regional do SENAI.

As unidades estão ajudando muita gente a realizar sonhos e conquistar um

ofício na vida. “Sempre quis aprender a costurar, mas não tive oportunidade na adolescência. Hoje estou realizando esse sonho e pretendo seguir adiante nesse aprendizado, de preferência sem pagar nada”, afirma Alzira da Silva Valente, de 63 anos, moradora do Tapanã, que está participando do curso de costura básica. Ela é uma das 30 alunas que participam do curso sem precisar pagar. “Oferecer cursos gratuitos às comunidades carentes faz parte da responsabilidade social do SENAI. Sempre que for possível, vamos enviar uma unidade móvel para atender esse público específico com cursos profissionalizantes. O intuito é ofertar a capacitação para que essas pessoas possam lutar por uma justa fonte de renda e emprego para sustentar suas famílias”, afirma Dário Lemos.



“Sempre quis aprender a costurar, mas não tive oportunidade na adolescência. Hoje estou realizando esse sonho e pretendo seguir adiante nesse aprendizado”

Alzira da Silva Valente, 63 anos, moradora do Tapanã (PA).

MARCELO LEIS



• **Rosilda Costa, aluna do curso de costura: "Pretendo vender minhas próprias confecções"**

Foi pensando em ter uma profissão digna que Rosilda Silva Costa, 25, ingressou no curso de costura. "Já fiz blusas e vestidos. Pretendo me tornar uma profissional e vender, futuramente, as minhas próprias confecções na comunidade onde moro, mas por ora quero aprender todas as técnicas da costura", diz a jovem, empolgada.

Os caminhões-baú, contêineres e furgões foram projetados para chegar às mais remotas regiões do estado. O próprio SENAI treinou os instrutores e desenvolveu toda a logística em Belém. Com essa alternativa criativa, a instituição pretende atender a demanda de mercado de empresas que atualmente sentem falta de profissionais qualificados no mercado.

"Há empresas que precisam de costureiras e não as encontram. Por isso, surgiu a idéia de fazer cursos rápidos, de qualidade e que possam ser realizados longe da sede, sem o aparato burocrático que uma unidade fixa exige. Uma solução factível que ajuda a todo mundo, desde o empresário que precisa de mão-de-obra capacitada até o cidadão que está à

procura de um emprego", explica Dário Lemos.

Os cursos ofertados nas unidades móveis têm duração de pelo menos três meses. Ao término desse período, o aluno conquista o certificado e já pode disputar uma vaga no mercado de trabalho regional. Até o final do ano o SENAI pretende montar outras quatro unidades móveis, que oferecerão cursos de solda, de mecânica de motor a gasolina, álcool e diesel e de alimentos.

Ao longo de 55 anos de história do SENAI no Pará, mais de 400 mil pessoas já participaram dos cursos ofertados pela instituição e, neste ano, cerca de 34 mil devem finalizá-los. No Pará, já existem cinco unidades volantes, que atendem aos municípios de Altamira e Santarém. "É gratificante poder ensinar costura para pessoas esforçadas, que lutam para aprender um ofício na vida e, acima de tudo, ver que elas estão empolgadas. Quando elas me dizem que aquele conhecimento será fundamental para que conquistem uma vida digna, chego a me emocionar", afirma Alice Morais, instrutora do SENAI há 15 anos. ■

Estímulo ao trabalhador

Uma das empresas que receberam a visita da unidade móvel do SENAI foi a Ecomar, uma das maiores indústrias de pesca do Pará, localizada em Vigia, no nordeste do estado. De acordo com Fernando Ferreira, diretor-presidente da empresa, o trabalho dos profissionais da unidade móvel não apenas qualificou os funcionários da indústria, mas também valorizou o trabalho da empresa. "Sem dúvida isso gera uma motivação a mais aos funcionários e os resultados são refletidos na produtividade", reforça Fernando.

Além de qualificar os funcionários da Ecomar, os cursos ofertados na unidade móvel foram abertos à comunidade de Vigia. "Pedi que 30% das vagas fossem disponibilizadas aos moradores da cidade, dando oportunidade para aqueles que buscam se capacitar, principalmente, na área de manutenção de embarcações, uma das vocações econômicas do local", completa Ferreira.



• **Funcionários da Ecomar: valorização**

Ivanildo Pontes

Ivanildo Pontes é diretor executivo da FIEPA e diretor do Sindicato da Indústria de Pesca do Pará (Sinpesca)



ASSOCIATIVISMO É SINÔNIMO DE FORÇA NO PARÁ

Um sábio ditado popular diz que “a união faz a força”. Essa frase nunca foi tão aplicável pelo setor produtivo paraense como agora. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem desenvolvendo um excelente trabalho no sentido de fortalecer o associativismo do setor industrial brasileiro através do Programa de Desenvolvimento Associativo. Esse fortalecimento tem como base os sindicatos representativos dos mais diversos segmentos produtivos filiados às federações das indústrias de todos os estados brasileiros.

A CNI está cada vez mais incentivando que os empresários se filiem aos seus sindicatos. Em 2006, a Confederação Nacional da Indústria promoveu o I Encontro Nacional das Indústrias (ENAI), em Brasília. O encontro reuniu mais de dois mil empresários, que debateram soluções para as principais barreiras o desenvolvimento industrial brasileiro.

No ano seguinte, em 2007, a CNI incentivou os encontros regionais entre os sindicatos e as federações de todos os estados. O intuito era conhecer as necessidades e peculiaridades de cada estado. O resultado dos encontros foi compilado pela CNI e criou-se uma pauta para apresentação e discussão no encontro nacional. O resultado final da rodada nacional foi apresentado ao governo federal. O documento estabelecia as prioridades do setor produtivo para ajudar no desenvolvimento socioeconômico do país.

Um dos pontos fundamentais nas discussões é a importância do sindicato representativo de classe para o fortalecimento da indústria. Sem sindicato forte, não há indústria forte. Por isso, a CNI alertou as federações e os sindicatos filiados para garantir a auto-sustentação financeira de suas entidades. A preocupação faz sentido, isso porque o governo federal está na iminência de acabar com a contribuição compulsória das arrecadações para o Sistema “S”.

Para que os sindicatos não venham a sofrer com a perda de arrecadação, é preciso conquistar todas as empresas industriais que ainda não são sindicalizadas. É fato que só vamos ter entidades fortes, sejam sindicatos

ou federações, quando houver o envolvimento de todos os empresários. Assim, vamos poder mostrar que a união em uma organização sindical gera realmente a força e essa força faz com que as conquistas e reivindicações da classe empresarial sejam mais facilmente atendidas.

Por isso, é fundamental que os sindicatos ampliem seus serviços em favor das empresas e mostrem a importância do associativismo, única forma de organização que ainda não foi devidamente implementada pela maioria dos sindicatos patronais.

Sem sindicato forte, não há indústria forte. Os empresários precisam se unir no sindicato representativo da categoria e comparecer às reuniões e assembleias promovidas pela classe

É imperativo que todos os empresários industriais se unam no sindicato representativo da categoria, compareçam às reuniões e assembleias promovidas pela classe, cobrem dos seus representantes junto às federações os temas que estão sendo discutidos e operacionalizados na entidade à qual o sindicato é filiado.

O sindicato tem por obrigação divulgar entre seus associados todos os serviços que o Sistema Federação das Indústrias, no nosso caso a FIEPA, SESI, SENAI e IEL, oferece às empresas industriais, aos colaboradores e seus dependentes que fazem parte da família da indústria. Por vários motivos, e a falta de informação é um deles, a maioria da população brasileira desconhece os relevantes serviços prestados pelas entidades do Sistema Indústria, mas não é aceitável que os presidentes dos sindicatos filiados tenham esse desconhecimento. Se tiverem, é hora de mudar. Esse conhecimento deve ser multiplicado e levado para todos os associados. Com conhecimento e informação os associados vão poder usufruir os benefícios e serviços que são ofertados pelas entidades que compõem o Sistema Indústria e que pertencem por direito a eles.

Associe-se ao sindicato de classe. Compareça aos eventos promovidos pelo Sistema Indústria. Associativismo é sinônimo de força. ■

A maior vitrine dos produtos paraenses

Feira da Indústria deve reunir mais de 35 mil visitantes em sua nona edição, marcada para maio de 2009. Cerca de 80% dos estandes estão vendidos

A nona edição da FIPA (Feira da Indústria Paraense) já tem data marcada. O evento acontecerá de 27 a 30 de maio de 2009, no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia. Considerada a maior vitrine dos produtos genuinamente paraenses, a feira deve reunir mais de 100 expositores. A expectativa da coordenação do evento é que a média de público da IX FIPA supere a da última edição, que teve 35 mil visitantes.

“A cada nova versão vemos a feira aumentar de tamanho, o que indica sua consolidação perante o público paraense e reflete o momento de crescimento da economia do estado. Nossos produtos são capazes de disputar com outros de diferentes estados e é isso que a gente pretende mostrar na feira”, diz Ivanildo Pontes, coordenador da feira e diretor-executivo da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA).

Logo no lançamento da IX FIPA, dos estandes disponíveis, mais da metade já havia sido reservada. A Tramontina foi uma das que já garantiram presença no evento. Ela faz parte do grupo de empresas que participam desde o primeiro ano da feira, em 1993. “Estar presente na FIPA é um investimento que tem retorno garantido”, avalia o diretor administrativo da empresa, Antônio Pagliari.

Para se diferenciar dos outros participantes, a Tramontina vem



FOTOS: FABRÍCIO SANTOS

• **Ivanildo Pontes, Ann Pontes e José Conrado: FIPA abre as portas para o turismo no Pará**

investindo, ao longo das edições da FIPA, na estética do seu estande. Segundo Pagliari, a empresa faz um investimento maciço durante elaboração do espaço, um dos mais visitados pelo público na edição passada do evento. “São muitos expositores e muitos produtos apresentados na feira. Por este motivo, é preciso encontrar um diferencial que atraia o público. No nosso caso, além da diversidade e da qualidade dos nossos produtos, temos investido em estandes mais elaborados.”

Mesmo propiciando aos participantes a geração de novos negócios, o objetivo maior da feira é apresentar o que o setor produtivo paraense tem de novidade, as novas tecnologias que estão sendo inseridas na cadeia produtiva e os exemplos de atividades sustentáveis.

“Nossos setores industriais são muito ricos, temos aqui uma diver-

sidade de itens que precisam ser expostos à sociedade”, comenta o presidente da FIEPA, José Conrado Santos.

Não será somente o setor produtivo que participará da feira para expor seus produtos. Instituições econômicas e o governo do Estado também já fecharam acordo com a coordenação do evento. A Caixa Econômica Federal renovou sua participação na IX FIPA. O banco apresentará os seus produtos voltados para o setor industrial, como linhas de crédito especial para a indústria. “A Caixa tem um portfólio bem adequado para o crescimento industrial. Nossos produtos voltados para a indústria são tão interessantes que a cada ano o segmento empresarial tem dobrado o seu volume de crédito”, informa o gerente regional da instituição, Guilherme Cruz.

Engana-se quem acha que a feira



• No ano passado, evento rendeu bons negócios a expositores

Além de dar visibilidade ao que é produzido em solo paraense, a FIPA representa uma oportunidade de o Pará mostrar as suas potencialidades turísticas. “É um momento em que o estado, através de seus produtos, se mostra aos visitantes da região e até de outros países”, diz Ann Pontes, da Paratur

pode gerar benefícios apenas para a indústria. O turismo de todo o Pará também é diretamente atingido. “A feira apresenta produtos tipicamente paraenses. É um momento em que o estado, através de seus produtos, se mostra aos visitantes da região, de outros estados e até de outros países”, argumenta a titular da Paratur (Companhia Paraense de Turismo), Ann Pontes.

Além de visitar estandes criativos e com tecnologia de ponta, o público também poderá conhecer projetos realizados pelo Serviço Social da Indústria (SESI), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que compõem o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará.

No caso específico do SESI, a feira será uma boa oportunidade para divulgar o novo posicionamento da entidade, definido no último mês de julho, em Porto Alegre. “O SESI passou a desenvolver suas ações através de dois macroprogramas, o ‘Educação para a Indústria’ e o ‘Indústria Saudável’. Esses são programas que já estão sendo desenvolvidos pelas regionais, mas que ainda são desconhecidos por grande parte da sociedade”, explica José Olímpio, diretor regional da instituição.

Assim como na última edição, a IX FIPA deverá contar com a parceria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que também vai abrir espaço para as micro e pequenas empresas paraenses que buscam informações para produzir melhor, com sustentabilidade e tecnologia. x



• **SERVIÇO**

Os espaços para a IX FIPA já estão à venda. Serão disponibilizados estandes de diversos tamanhos, os quais ficarão organizados em três pátios: Pará, Indústria e Artes e Artesanato. A feira, que é uma realização da FIEPA e tem o apoio da Confederação Nacional da Indústria, SEBRAE, governo do Estado e Vale, acontecerá de 27 a 30 de maio de 2009, no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia. Mais informações pelo telefone (91) 9100-5638.

Qualidade de vida em primeiro lugar

Programa Indústria Saudável, do SESI, estimula empresas e trabalhadores a adotar atitudes que previnem doenças e garantem o bem-estar

As vésperas de completar 60 anos de atuação no Pará, o Serviço Social da Indústria (SESI) tem mais um desafio em sua missão de contribuir para o fortalecimento da indústria: melhorar a qualidade de vida do trabalhador. O primeiro passo já foi dado com a implantação do Programa Indústria Saudável. E o resultado foi preocupante. O SESI está monitorando a saúde dos funcionários das empresas paraenses e criando mecanismos para prevenir doenças como diabetes e hipertensão. O diagnóstico inicial apontou que há um bom trabalho a ser desenvolvido. Quase 25% dos trabalhadores avaliados são hipertensos, 47,61% não consultaram o dentista nos últimos 12 meses e quase 4,95% consomem álcool em excesso (veja dados completos no gráfico).

O diagnóstico de saúde foi lançado no Pará em dezembro de 2007. A primeira etapa foi encerrada com 10 mil atendimentos em 58 indústrias paraenses. Para a segunda etapa do diagnóstico, o SESI aumentou a sua meta. Até janeiro de 2009, mais 20 mil trabalhadores serão avaliados, totalizando 30 mil atendimentos. “O diagnóstico de saúde faz parte do novo programa do SESI, o Indústria Saudável, que pretende estimular ainda mais as empresas a investir na qualidade do ambiente de trabalho, desenvolver ações de preservação da saúde, segurança e bem-estar dos empregados e, por conseguinte, aumentar a competitividade da indústria”, destaca José Olímpio Bastos, superintendente regional do SESI.

A ação é oferecida gratuitamente aos trabalhadores e é executada dentro da própria indústria interessada. Uma equipe de profissionais formada por dentistas, auxiliares de enfermagem e profissionais de educação física fazem um monitoramento completo da saúde do trabalhador. A primeira etapa do processo consiste na aplicação de um questionário, que avalia o estilo de vida do funcionário.

A segunda etapa é a realização do circuito saúde, uma avaliação física que coleta dados como peso, altura, circunferência abdominal, nível de glicemia e avaliação da saúde bucal. Após as avaliações, os trabalhadores recebem um material com orientações sobre como ele e sua família podem adotar um estilo de

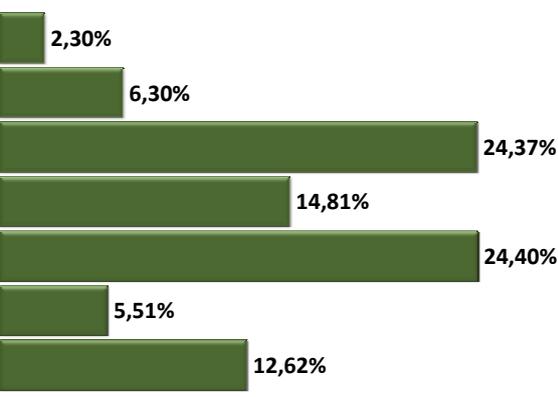
DIAGNÓSTICO DE SAÚDE

Os resultados do diagnóstico de saúde realizado pelo SESI em 58 indústrias paraenses apontaram dados preocupantes em relação ao bem-estar e à qualidade de vida dos colaboradores. Muitos deles confessaram que não mantêm uma alimentação saudável e hábito de praticarem atividades físicas ou de relaxamento.

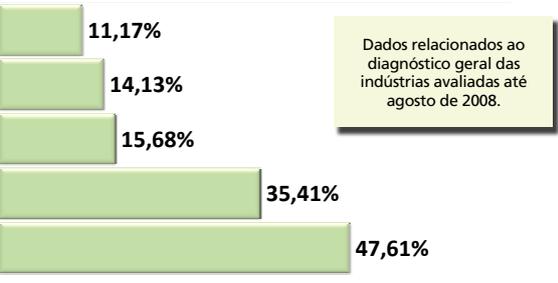
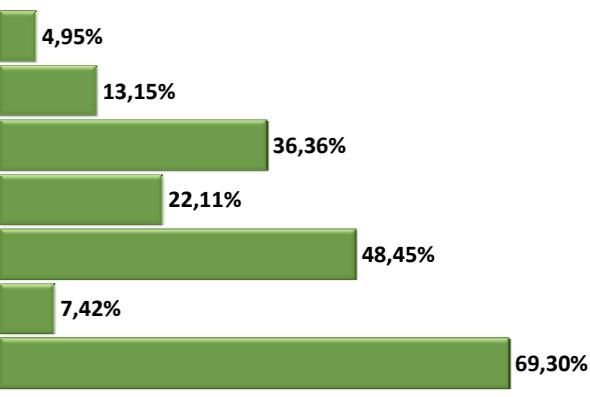
Têm doença renal
Têm tendinite ou LER
Têm hipertensão
Têm depressão
Têm problemas na coluna
Têm diabetes
Estão obesos
Consumem álcool em excesso
São fumantes
Não realizam atividade física no lazer
Não fazem atividade física suficiente
Consumem refrigerantes mais de três vezes por semana
Consumem sal em excesso
Consumem quantidades insuficientes de frutas e verduras
Não mediram a pressão arterial nos últimos 2 anos
Não consultaram o médico nos últimos 12 meses
Usaram 2 ou mais medicamentos nos últimos 15 dias
Não possuem plano de saúde
Não consultaram o dentista nos últimos 12 meses



FABRICIO SANTOS



• *Trabalhador se submete ao circuito saúde: resultados abastecem planejamento estratégico*



vida mais saudável, além de um kit de higiene bucal. Todos os avaliados recebem ainda a carteirinha do SESI, que dá acesso aos Centros de Atividades de Cultura, Esporte e Lazer da entidade, além de tratamentos médicos e odontológicos com baixo custo.

A terceira e última etapa é a apresentação do relatório completo com os percentuais do perfil e das condições de saúde dos trabalhadores. “Com base neste diagnóstico, a empresa sabe exatamente o estado de saúde de seus colaboradores e, a partir desse resultado, os gestores poderão encontrar soluções possíveis para um ambiente industrial mais saudável”, explica Suely Linhares, gerente de Saúde do SESI-PA.

De acordo com a assistente social da Alunorte, Athina Monteiro, o diagnóstico de saúde que o Programa Indústria Saudável apresentou à empresa será fundamental para nortear os futuros investimentos da mineradora. “Ficamos surpresos com os números apresentados pelo SESI. O relatório será essencial para desenvolver o planejamento estratégico da Alunorte. Assim, poderemos investir com mais eficiência em programas de saúde e qualidade de vida”, aponta. ▶



• Apresentação do diagnóstico com perfil e condições de saúde dos trabalhadores: serviço é executado gratuitamente dentro da empresa

Tecnologia, educação e saúde

No início do segundo semestre de 2008, o SESI decidiu dar um novo posicionamento à sua atuação no mercado. A instituição vai organizar suas ações estratégicas a partir de dois programas: Programa de Educação para a Nova Indústria e Programa Indústria Saudável. Com eles, a instituição planeja direcionar melhor os seus investimentos e atividades e, conseqüentemente, melhorar o atendimento à indústria.

De acordo com o superintendente regional do SESI-PA, José Olímpio Bastos, a novidade inclui serviços de informação e educação à saúde, baseados no uso da tecnologia de forma sistematizada e em grande parte gratuita. “Com este novo posicionamento, o SESI também usará a internet como um forte aliado. Com grande investimento em sites de informação e consultoria virtual,

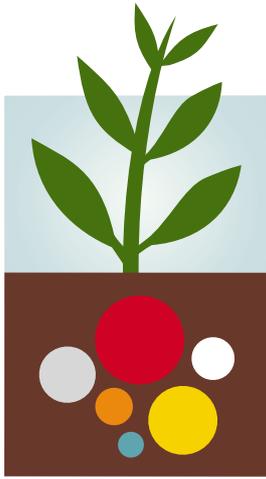
o SESI vai disponibilizar soluções de forma preventiva para a indústria, como, por exemplo, o site Pro-SST, sobre Segurança e Saúde no Trabalho”, explica Olímpio, citando a página www.sesi.org.br/pro-sst.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), José Conrado Santos, comenta que para uma indústria ser saudável deve seguir quatro princípios fundamentais: a criação de um ambiente seguro, o fomento a um estilo de vida saudável, a facilitação do acesso aos serviços de saúde e a promoção de melhoria na educação. “Unindo todos esses fatores, as indústrias geram um ambiente favorável de trabalho e proporcionam bem-estar aos seus colaboradores. Assim, cresce a produtividade da empresa e melhora a qualidade de vida do trabalhador”, finaliza. ■

1 O Programa Educação para a Nova Indústria, um esforço em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), responde ao desafio de melhorar a qualidade e elevar a escolaridade do trabalhador da Indústria, principalmente com serviços de educação aos jovens e adultos (EJA) e educação continuada.

2 O Programa Indústria Saudável propõe ações para aumentar as práticas socialmente responsáveis das indústrias, reduzir o absenteísmo (ausência no trabalho) e os acidentes do trabalho, e ainda estimular o trabalhador a ser ainda mais saudável. Com o novo Programa Indústria Saudável, os serviços do SESI para os temas de qualidade de vida passam a ser estruturados em quatro grandes grupos: acesso ao conhecimento, diagnósticos, serviços e assessoria e consultoria.

**INSCREVA-SE
HOJE MESMO!**



EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2008 **I CONGRESSO DE MINERAÇÃO DA AMAZÔNIA** **EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO**

INSCRIÇÕES ATÉ 30/10
SOMENTE PELO SITE
www.exposibram.org.br

A mineração apresenta as inovações, oportunidades e novos horizontes para a região, de uma forma como você nunca viu.

Na EXPOSIBRAM, o setor mineral vai mostrar sua força e importância para o desenvolvimento sustentável da Amazônia no presente e no futuro.

No Congresso você vai debater com palestrantes brasileiros e do exterior os desafios e as estratégias para que a atividade possa crescer, cada vez mais, em harmonia com o homem e o meio ambiente.

Veja a programação completa no site.



10 a 13 de novembro de 2008 | Hangar - Centro de Convenções da Amazônia | Belém - Pará

Realização e Promoção
Realization and Promotion



IBRAM

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO
The Brazilian Mining Association
La Câmara Mineira de Brasil

Apoio
Support



Secretaria Executiva e Comercialização
Executive Secretariat and Trade

[temple]
EVENTOS

Organização EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2008
Organized by: EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2008

HYRNASTHA
organização e eventos 100%

David Leal é coordenador do Programa de Fornecedores da FIEPA



MERCADO ABERTO PARA OS FORNECEDORES

O maior objetivo do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (PDF) é fazer com que os grandes projetos instalados ou em fase de instalação no Pará gerem renda e empregos. Isso está sendo possível através do aumento da participação das empresas paraenses nas compras de bens e serviços em toda cadeia de fornecimento gerada pelos grandes projetos, o que já é perceptível desde a 2ª fase do PDF, iniciada em 2004, como mostrou o Relatório 2007 - Metas 2008.

Essa evolução contínua das compras feitas no Pará é reflexo do empenho dos fornecedores paraenses para obter maior competitividade, através da qualificação e da melhoria da gestão, e, assim, alcançar uma inserção maior nos negócios. Também é resultado dos encontros de negócios que trazem informações privilegiadas sobre as demandas de bens e serviços, o que permite as empresas locais atender a demanda na velocidade com que os projetos se instalam no Pará. Citamos como exemplo a Rodada de Negócios - realizada em julho deste ano, em parceria com o SEBRAE -, além das oficinas, cursos e workshops, organizados pelo PDF, que permitem com que os fornecedores se aproximem e ganhem mais força para assumir os desafios e buscar soluções.

A capacitação da mão-de-obra local também é fundamental para que os paraenses participem mais ativamente do processo de desenvolvimento do estado. Para isso, é importante a parceria com o governo do Estado, com sua política de criação de parques tecnológicos e qualificação de trabalhadores, através de convênio com a Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), representando a união de forças e segurança para alcançar os objetivos propostos.

O trabalho do PDF, um programa virtual que integra os interesses de quatro atores, que são o governo do Estado, as grandes empresas, as associações de classe e os fornecedores, é coordenado pela FIEPA. Sua atuação é desenvolvida pelos setores de capacitação - de empresários, gestores e trabalhadores, além da certificação das empresas -, promoção de empresas fornecedoras e assessoria aos negócios com visitas técnicas aos fornecedores, onde procura aproximar o fornecedor do comprador.

Essa é a colaboração do PDF para formar um aglomerado no entorno dos grandes projetos, criando uma das formas consideradas por muitos como a mais moderna e competitiva de organização das áreas industriais especializadas.

A partir dos resultados de 2007, quando se observou o aumento expressivo dos investimentos no Pará, e as perspectivas até 2014, quando estarão sendo implantados vários projetos significativos tanto em valores como na agregação de valor à cadeia mineral, o PDF partiu para a elaboração de um trabalho mais focado em setores estratégicos, como os das empresas da indústria de base (formada pela construção civil, engenharia de projetos e o setor metal-mecânico) e também algumas empresas de logística.

O fortalecimento do ambiente de negócios diante dos vários entraves que se apresentam, como a falta de mão-de-obra mais qualificada no mercado local, é o desafio a ser superado pelo PDF e seus parceiros

Foi mapeada, então, com a ajuda das grandes empresas, a participação dos fornecedores locais em relação às principais famílias de produtos e serviços, indicando objetivamente as oportunidades de melhoria e em que setores deveriam ser intensificadas as ações para aumentar a competitividade das empresas paraenses.

A equipe do PDF passou a contribuir para a elaboração do Planejamento Estratégico de várias empresas, visando sua sustentabilidade, e a fazer oficinas de planejamento com setores específicos, iniciando com a Engenharia de Projetos, cuja participação é pouca nos empreendimentos.

Esta representa uma nova etapa para o PDF, pois demandam inúmeras ações em todas as regiões do estado, sendo fundamental o apoio das entidades de classe. O fortalecimento do ambiente de negócios diante dos vários entraves que se apresentam, como a qualificação de mão-de-obra, é o desafio a ser superado pelo PDF e seus parceiros. ■

INDÚSTRIA EM FOCO

O plantio de eucalipto é uma atividade econômica em expansão no Pará. Além de ser uma boa forma de se executar o reflorestamento, o cultivo dessa espécie florestal pode ser largamente utilizada em diversos setores da indústria, como a siderurgia. A imagem, feita na fazenda da empresa Ibérica, em Dom Eliseu, é do fotógrafo Waashington Oliveira.



**Essa
vale
OURO!**



www.cerpa.com.br

SE DIRIGIR NÃO BEBA. MESMO SE FOR CERPA.